



1.ª REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE SOUSEL

VOLUME VI

DO ESTADO DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO À

ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO

VERSÃO FINAL

Sousel, novembro de 2025



FICHA TÉCNICA

Coordenação geral

Eng.º Manuel Valério (Presidente da Câmara Municipal de Sousel)

Apoio Técnico CM de Sousel

Eng.º António Dâmaso (Vereador da Câmara Municipal de Sousel)

Arq.ª Alexandra Fale (Chefe da Divisão de Urbanismo, Ambiente, Qualidade e Intervenção)

Arq.ª Teresa Patrão (Técnica Superior)

Dr. Nuno Fernandes (Técnico Superior)

Diretor Executivo e coordenador técnico

Ricardo Tomé (Geógrafo Físico, Msc.)

Gestão de projeto

Ana Isabel Rodrigues (Geógrafa)

Colaboradores técnicos

Ana Isabel Marques (Jurista)

Bogdan Jaranovic (Geógrafo)

Fernando Cabrita (Geógrafo)

Isabel Moraes Cardoso (Jurista)

Jaime Valle (Jurista)

João Marcelino (Geógrafo)

Mónica Sagreiro (Geógrafa)

Rui Mataloto (Arqueólogo)

Sofia Delgado (Eng.ª Química)

Tiago Sousa (Geógrafo)

ESTRUTURA DO PLANO

VOLUME I

Do âmbito e contexto ao enquadramento territorial e quadro de referência estratégico do PDM

VOLUME II

Do conhecimento biofísico ao ordenamento do território

VOLUME III

Da população à socioeconomia

VOLUME IV

Sistema urbano e linhas estruturantes

VOLUME V

Do conhecimento do Património à sua valorização

VOLUME VI

Do estado do ordenamento do território à estratégia de desenvolvimento

VOLUME VII

Planeamento, ordenamento e desenvolvimento do território - condicionantes

Volume VIII

Planeamento, ordenamento e desenvolvimento do território - ordenamento

VOLUME IX

Regulamento do PDM de Sousel

VOLUME X

Avaliação Ambiental Estratégica. Relatório dos Fatores Críticos para a Decisão

VOLUME XI

Avaliação Ambiental Estratégica. Relatório Ambiental

VOLUME XII

Avaliação Ambiental Estratégica. Resumo Não Técnico

VOLUME XIII

Elementos complementares

ÍNDICE GERAL DO PLANO

VOLUME I. DO ÂMBITO E CONTEXTO AO ENQUADRAMENTO TERRITORIAL E QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO DO PDM

PARTE I. DA POLÍTICA DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO AO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE SOUSEL

- I.1. Território, Sociedade e o PDM como Instrumento de Planeamento
- I.2. Planeamento e ordenamento do território. Da política nacional ao PDM de Sousel
- I.3. O PDM de Sousel. Da Dinâmica ao Procedimento de Revisão
- I.4. O PDM de Sousel de 2.ª Geração. Ambição e objetivos da revisão
- I.5. Metodologia e estrutura do PDM

PARTE II. DO ENQUADRAMENTO TERRITORIAL AO QUADRO DE REFERÊNCIA

- II.1. Enquadramento Territorial
- II.2. Quadro de referência estratégico

VOLUME II. DO CONHECIMENTO BIOFÍSICO AO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

PARTE III. SISTEMA BIOFÍSICO E AMBIENTAL

- III.1. O conhecimento biofísico e ordenamento do território
- III.2. O clima e o PDM de Sousel
- III.3. Geomorfologia. Do quadro morfoestrutural aos fenómenos perigosos
- III.4. Hidrogeologia
- III.5. Hidrografia e hidrologia
- III.6. Solos. Famílias e tipos
- III.7. Ocupação do solo
- III.8. Valores Naturais
- III.9. Fenómenos perigosos – Uma Análise Integrada

VOLUME III. DA POPULAÇÃO À SOCIOECONOMIA

PARTE IV. AS PESSOAS E A SOCIOECONOMIA

IV.1. População

IV.2. Base Socioeconómica

VOLUME IV. SISTEMA URBANO E LINHAS ESTRUTURANTES

PARTE V. SISTEMA URBANO E LINHAS ESTRUTURANTES

V.1. Estrutura de povoamento e sistema urbano

V.2. Equipamentos

V.3. Infraestruturas

V.4. Acessibilidades e mobilidade territorial

V.5. O ruído

VOLUME V. DO CONHECIMENTO DO PATRIMÓNIO À SUA VALORIZAÇÃO

PARTE VI. DO CONHECIMENTO DO PATRIMÓNIO À SUA VALORIZAÇÃO

VI.1. Conhecer para valorizar o património

VOLUME VI. DO ESTADO DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO À ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO

PARTE VII. DO ESTADO DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO A UMA ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO

VII.1. Ordenamento do território e desenvolvimento e o PDM de Sousel

VII.2. A auscultação dos atores locais. Um contributo fundamental para o planeamento e desenvolvimento

VII.3. A situação existente e o quadro de fundo para a concretização da estratégia para o desenvolvimento

VII.4. A concretização da estratégia rumo ao desenvolvimento sustentável do concelho

VOLUME VII. PLANEAMENTO, ORDENAMENTO E DESENVOLVIMENTO DO TERRITÓRIO - CONDICIONANTES

PARTE VIII. PLANEAMENTO, ORDENAMENTO E DESENVOLVIMENTO DO TERRITÓRIO

VIII.1. As condicionantes ao uso do solo

VOLUME VIII. PLANEAMENTO, ORDENAMENTO E DESENVOLVIMENTO DO TERRITÓRIO - ORDENAMENTO

VIII.2. Proposta de ordenamento

VIII.3. Compatibilidade e conformidade do PDM revisto com os IGT em vigor

VIII.4. Gestão e operacionalização do PDM de Sousel

VOLUME IX. REGULAMENTO DO PDM DE SOUSEL

PARTE IX. REGULAMENTO DO PDM DE SOUSEL

VOLUME X. AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA. RELATÓRIO DOS FATORES CRÍTICOS PARA A DECISÃO

PARTE X. AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA

X.1. Relatório dos Fatores Críticos para a Decisão

VOLUME XI. AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA. RELATÓRIO AMBIENTAL

X.2. RELATÓRIO AMBIENTAL

VOLUME XII. AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA. RESUMO NÃO TÉCNICO

X.3. RESUMO NÃO TÉCNICO

VOLUME XIII. ELEMENTOS COMPLEMENTARES

MEMÓRIA DESCRITIVA E JUSTIFICATIVA DA RESERVA AGRÍCOLA NACIONAL

MEMÓRIA DESCRITIVA E JUSTIFICATIVA DA RESERVA ECOLÓGICA NACIONAL

PARTE XI. PONDERAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO E DISCUSSÃO PÚBLICA

ÍNDICE DO VOLUME VI

PARTE VII. DO ESTADO DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO A UMA ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO.....	10
VII.1. Ordenamento do território e desenvolvimento e o PDM de Sousel.....	11
VII.1.1. Observando o estado do ordenamento do território local.....	11
VII.1.2. O PDM de Sousel. Do quadro de referência e conteúdo à execução.....	13
VII.1.2.1. Do quadro de referência fundamental.....	13
VII.1.2.2. O PDM de Sousel. Principais características e conteúdos	15
Do Regulamento.....	15
Das Plantas de ordenamento e de condicionantes.....	17
Das condicionantes. Servidões administrativas e restrições de utilidade pública ..	19
VII.1.2.3. A execução do PDMS99.....	20
Concretização da estratégia, objetivos e projetos.....	21
Processos de Dinâmica	23
Elaboração de Planos Territoriais.....	26
Dinâmica urbanística.....	27
Equipamentos.....	31
Síntese da avaliação da execução do PDMS99	33
VII.1.2.4. Aspetos a reter	34
VII.2. A auscultação dos atores locais. Um contributo fundamental para o planeamento e desenvolvimento	37
VII.2.1. O contexto da participação pública.....	37
VII.2.2. Do processo de participação aos contributos dos atores.....	41
VII.2.2.1. Informação recolhida no Fórum de 22/10/2022	42
Sobre o que mais gosta no concelho? - RESUMO	44
Do que menos gosta no concelho? - RESUMO.....	46
Projetos e ideias para tornar o concelho mais próspero e atrativo? - RESUMO	48

VII.2.2.2. Informação recolhida nas entrevistas com os Srs. Presidentes das Juntas de Freguesia.....	50
VII.3. A situação existente e o quadro de fundo para a concretização da estratégia para o desenvolvimento.....	55
VII.3.1. Um diagnóstico da situação existente.....	55
VII.3.1.1. Sobre as linhas de força, fragilidades, oportunidades e ameaças.....	62
VII.3.1.2. Tendências pesadas do desenvolvimento. O que tem sustentado a dinâmica territorial do concelho.....	67
VII.4. A concretização da estratégia rumo ao desenvolvimento sustentável do concelho	70
VII.4.1. Da visão aos desafios para o concelho.....	70
VII.4.2. Eixos prioritários e objetivos estratégicos.....	72
VII.4.3. Projetos âncora para o desenvolvimento do concelho de Sousel.....	79
VII.4.4. O modelo de desenvolvimento territorial.....	81
Sistema urbano.....	83
Sistema de mobilidade e acessibilidade.....	84
Sistema ambiental.....	85
Sistema de recursos produtivos.....	86
Sistema turístico.....	88
VII.5. Bibliografia.....	91

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura VII.1.1. Estrutura do regulamento do PDM de Sousel de primeira geração.....	16
Figura VII.1.2. Extrato da Planta de ordenamento do PDM de Sousel.....	18
Figura VII.1.3. Âmbito das propostas do PDM passíveis de avaliação objetiva.....	21
Figura VII.1.4. Zonamento do PDM de Sousel 1999 (classes e categorias de espaço).....	23
Figura VII.1.5. A dinâmica do PDM de Sousel.....	26
Figura VII.1.6. IGT previstos no PDM de Sousel, 1999.....	27
Figura VII.1.7. Execução dos perímetros urbanos de Sousel e de Cano.....	29

Figura VII.1.8. Execução dos perímetros urbanos de Casa Branca e Santo Amaro	30
Figura VII.2.1. O que mais gosta no concelho. Domínios de resposta e respetiva preferência (%)	46
Figura VII.2.2. O que menos gosta no concelho. Domínios de resposta e respetiva preferência (%)	48
Figura VII.2.3. Projetos e ideias para o futuro do concelho Domínios de resposta e respetiva preferência (%)	50
Figura VII.3.1. Os domínios SWOT para o concelho de Sousel	57
Figura VII.3.2. Tendências pesadas do desenvolvimento do concelho de Sousel.....	69
Figura VII.4.1. Elementos fundamentais à concretização da estratégia	70
Figura VII.4.2. Desafios estratégicos	72
Figura VII.4.3. Eixos de ação estratégica.....	73
Figura VII.4.4 Componentes territoriais estruturantes do MDT _Sousel.....	82
Figura VII.4.5. Modelo de desenvolvimento territorial, concelho de Sousel.....	90

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro VII.1.1. Execução dos perímetros urbanos do PDM de Sousel.....	28
Quadro VII.1.2. Avaliação da execução dos equipamentos previstos no PDM de Sousel.....	31
Quadro VII.2.1. Instrumentos de auscultação pública utilizados na revisão do PDM de Sousel	41
Quadro VII.2.2. O que mais gosta no concelho. Domínios e respostas mais votadas.....	43
Quadro VII.2.3. O que menos gosta no concelho. Domínios e respostas mais votadas.....	43
Quadro VII.2.4. Projetos e ideias para o futuro do concelho. Domínios e respostas mais votadas.....	44
Quadro VII.3.1. Matriz SWOT.....	58
Quadro VII.4.1 Eixos de ação estratégica com os respetivos objetivos estratégicos e projetos/ações	73

**PARTE VII. DO ESTADO DO ORDENAMENTO DO
TERRITÓRIO A UMA ESTRATÉGIA DE
DESENVOLVIMENTO**

VII.1. ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO E O PDM DE SOUSEL

VII.1.1. OBSERVANDO O ESTADO DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO LOCAL

O conceito do Ordenamento do Território tem suscitado diversas discussões das quais ressalta uma abordagem que assume o **ordenamento do território** como o “estado” do ordenamento físico do território (MEPAT/DGOTDU, 1997), e outra que considera que o ordenamento do território corresponde ao ordenamento físico do território e ao conjunto de instrumentos, ações e atividades que as determinam e proporcionam (DGOT, 1988; SARAIVA, 1995)¹.

É próximo desta noção que nos posicionamos e com a qual está alinhado o n.º 4 do artigo 189.º do RJGT que considera que o “estado do ordenamento do território” é prosseguido através do “balanço da execução dos **programas e planos territoriais objeto de avaliação**, bem como dos níveis de coordenação interna e externa obtidos (...)”. Foi também com este sentido, em conformidade com o n.º 3 do artigo 21.º da Portaria 277/2015, de 10 de setembro² e ainda em articulação com o n.º 2 do artigo 202.º do RJGT, que foi elaborado, pela competente Câmara Municipal, o Relatório fundamentado de avaliação da execução do planeamento municipal³.

¹ Para mais sobre o assunto, *vd. e.g.* TOMÉ (2000).

² Que regula a constituição, a composição e o funcionamento das Comissões Consultivas.

³ Que acompanhou a deliberação da Câmara Municipal, de 27 de janeiro de 2021, que desencadeou a revisão do PDM, publicitada através do Aviso n.º 3030/2021, de 18 de fevereiro.

Não se esgotando o estado do ordenamento do território no REOT constata-se, após a análise da situação existente (de referência) do concelho em relação aos fenómenos biofísicos, socioeconómicos, demográficos, patrimoniais, *etc.*, que lhe conferem identidade, da disponibilidade de mais informação do que a que serviu de base àquele.

Vê-se assim, de todo, pertinente e oportuno amadurecer e consolidar, no âmbito da revisão do PDM, o estado do ordenamento do território consubstanciado numa avaliação das características do PDM e a sua execução, como garantia de uma boa articulação com o capítulo da conformidade e a respetiva análise comparativa entre o PDM de 1.^a e de 2.^a geração, na análise da sensibilidade dos atores locais, finalmente sintetizado num diagnóstico síntese, uma matriz SWOT⁴.

Com o diagnóstico elaborado, lançam-se as bases para uma reflexão sobre as tendências pesadas do desenvolvimento, respondendo com pragmatismo sobre o que identifica o concelho e o que tem suportado o seu desenvolvimento (“quem é?”), e para auscultar o futuro através de uma visão *prospetiva*⁵, ou seja, para concretizar a **estratégia para o desenvolvimento do território**, respondendo às questões de fundo basilares:

1. onde se pretende chegar/o que é que o concelho pretende que o identifique a prazo, como pretende assumir-se a prazo?
2. quando? Ou seja, qual o horizonte temporal para atingir essas metas vertidas na visão *prospetiva*;
3. como o conseguir, *i.e.*, que instrumentos deverão ser operacionalizados e que projetos (materiais ou imateriais) concretizar para colocar a estratégia no sentido da visão assumida?

⁴ Matriz de diagnóstico. Do inglês, *Strengths, Weaknesses, Opportunities, Threats*.

⁵ A palavra *prospetiva* tem origem latina, do verbo *prospicere*, que significa “olhar para longe ou de longe, discernir alguma coisa que está à nossa frente” (GODET, 1993).

Assim esta avaliação irá centrar-se, numa primeira fase, na caracterização do PDM de Sousel eficaz, focando-se no seu conteúdo, princípios e estratégia definida; segue-se uma abordagem sobre a sua dinâmica e PTAM eficazes e respetiva execução urbana e das propostas setoriais neles integradas.

Numa segunda fase será o momento para uma reflexão-síntese integradora, sistémica e holística sobre o concelho que, partindo dos resultados da auscultação dos atores locais e dos documentos estratégicos em vigor no concelho, se consubstanciará na elaboração de uma matriz SWOT fundamental para obter um retrato que servirá de pano de fundo à definição da estratégia de desenvolvimento sustentável para o concelho de Sousel, especializada no modelo de ordenamento do território.

VII.1.2. O PDM DE SOUSEL. DO QUADRO DE REFERÊNCIA E CONTEÚDO À EXECUÇÃO

VII.1.2.1. DO QUADRO DE REFERÊNCIA FUNDAMENTAL

O **Plano Diretor Municipal** de Sousel (PDMS), publicado pela **Resolução do Conselho de Ministros n.º 130/99**, de 26 de outubro. Desde o início da sua eficácia o quadro jurídico, estratégico e regulamentar nacional, no domínio do ordenamento do território, sofreu mudanças significativas.

Neste âmbito, destaca-se a Lei de Bases de Política Pública de Ordenamento do Território e Urbanismo⁶ (LPPBSOTU), que define globalmente os objetivos e princípios desta política e estabelece o conjunto coerente e articulado dos Instrumentos de Gestão Territorial (IGT) de

⁶ Lei n.º 31/2014, de 30 de maio, alterada pela Lei n.º 74/2017, de 16 de agosto.

âmbito nacional, regional e local, em que ela assenta e que constitui o Sistema de Gestão Territorial (SGT).

Igualmente se destaca o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial⁷ (RJIGT), que foi revisto neste período. Este, além de confirmar a alteração do paradigma consagrado pela LPPBSOTU, com a declaração do fim do solo urbanizável e com a excecionalidade atribuída à possibilidade de reclassificação de solo rústico para solo urbano, integra alterações no sistema de gestão territorial, como a existência de programas e planos ou a necessidade de articulação com o sistema de ordenamento do espaço marítimo. Traz ainda como novidade a concentração nos PDM de todas as regras vinculativas dos particulares, bem como as regras dispersas numa longa lista de planos.

Também importa assinalar o Regime de Avaliação de Planos e Programas⁸, o Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais⁹, o Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território¹⁰, o Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo¹¹, o Plano de Gestão de Região Hidrográfica-RH5¹² o Plano de Gestão dos Riscos de Inundações da RH5, os conceitos técnicos nos domínios do ordenamento do território¹³, os princípios e normas a obedecer a produção cartográfica no território nacional¹⁴, os critérios de classificação e reclassificação do solo e os critérios de qualificação e as categorias de solo rústico e urbano¹⁵, bem como o regulamento geral do ruído¹⁶, entre outros instrumentos, que foram criados ou sofreram alterações e revisões no período de eficácia do PDMS, e que balizam a sua revisão

⁷ Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 81/2020, de 2 de outubro e 25/2021, de 29 de março.

⁸ Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio.

⁹ Decreto-Lei n.º 82/2021, de 13 de outubro.

¹⁰ Aprovado na Lei n.º 58/2007, de 04 de setembro, e revisto pela Lei n.º 99/2019, de 5 de setembro.

¹¹ Aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 53/2010, de 2 de agosto e retificado pela Declaração de Retificação n.º 30-A/2010, de 1 de outubro.

¹² Aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 52/2016, de 20 de setembro

¹³ Estabelecidos no Decreto Regulamentar n.º 9/2009, de 29 de maio, revogado pelo Decreto Regulamentar n.º 5/2019, de 27 de setembro.

¹⁴ Estabelecido no Decreto-Lei n.º 193/95, de 28 de julho, na sua redação atual conferida pelo Decreto-Lei n.º 130/2019, de 30 de agosto.

¹⁵ Decreto Regulamentar n.º 15/2015, de 19 de agosto.

¹⁶ Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de janeiro, na sua atual redação, conferida pelo Decreto-Lei n.º 278/2007, de 1 de agosto.

VII.1.2.2. O PDM DE SOUSEL. PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS E CONTEÚDOS

O PDM de Sousel, nomeadamente o seu conteúdo e alcance, decorre da *praxis* e das possibilidades técnicas então disponíveis, sendo constituído pelos seguintes elementos fundamentais:

- o Regulamento;
- a Planta de ordenamento, à escala 1:25 000, complementada com
 - Carta de património;
 - Perímetros urbanos dos aglomerados à escala de 1/5000;
- a Planta de condicionantes, à escala 1:25 000.

DO REGULAMENTO

Tendo o PDM natureza de regulamento administrativo, o Regulamento constitui uma das suas peças fundamentais, em conjunto com as peças gráficas que dele são parte integrante. Neste sentido, considerando que o regulamento do PDM já foi sujeito a oito procedimentos de dinâmica, atualmente estrutura-se em quatro títulos e cinco capítulos, divididos em seções e artigos.

Do conjunto destacam-se os capítulos relativos às “Classes de espaços” (III), às servidões administrativas e condicionamentos comuns a várias classes de espaço (IV) e aos condicionamentos específicos de cada classe de espaço (V). Assim, a estrutura do regulamento atualmente apresenta-se, resumidamente ilustrada na Figura VII.1.1.

No que respeita ao zonamento, são consideradas as seguintes **classes de espaço** (n.º 1 do artigo 7.º), sendo que os perímetros urbanos são determinados pelo somatório do espaço urbano, do espaço urbanizável e dos espaços industriais que lhe sejam contíguos (n.º 1 do artigo 8.º):

- a. Espaço urbano;
- b. Espaço urbanizável;
- c. Espaço industrial;
- d. Espaço de indústria extrativa;
- e. Espaço agrícola;
- f. Espaço florestal;
- g. Espaços-canaís;
- h. Espaços culturais e naturais.

Figura VII.1.1. Estrutura do regulamento do PDM de Sousel de primeira geração



Fonte: PDM Sousel (RCM 130/99)

De salientar que as Unidades operativas de planeamento e gestão definidas no Título IV do PDM, bem como as categorias respeitantes às classes integradas nos perímetros urbanos (espaço urbano, espaço urbanizável e espaço industrial) apenas têm correspondência na Planta de ordenamento à escala 1:5000 para os diversos aglomerados, não integrando o conteúdo da Planta à escala 1:25000.

O regulamento do PDMS resume-se, essencialmente, à definição de condicionantes ao uso do solo e de regras de edificabilidade, dando pouca prioridade aos objetivos a alcançar no seu prazo de vigência. Este facto, aliado à não definição clara de visão e/ou missão, dificulta a sua operacionalização.

DAS PLANTAS DE ORDENAMENTO E DE CONDICIONANTES

Do ponto de vista da expressão gráfica, ambas as plantas fundamentais do PDM de Sousel (Planta de Ordenamento e Planta de Condicionantes), foram elaboradas à escala 1:25 000 para todo do concelho, sobre cartografia de base com origem provável na Carta Militar de Portugal, embora estes elementos não contenham esta informação, nem a data da mesma. Contudo, a Planta de ordenamento foi complementada com a Carta de património, à escala 1:25 000, sobre a Carta Militar de Portugal e com as Plantas dos perímetros urbanos, à escala 1:5000, para os aglomerados de Sousel, Cano, Casa Branca e Santo Amaro.

A cartografia fundamental do plano foi elaborada em suporte analógico, utilizando para o efeito métodos e técnicas adequados ao suporte, com todas as limitações de representação, justaposição, georreferenciação e mesmo reprodução/cópia inerentes ao mesmo e, à época, com fracas ou incipientes alternativas¹⁷.

¹⁷ De notar que em Portugal estavam a ser dados os primeiros passos na utilização dos sistemas CAD (*Computer Aid Design*) e ainda mais singulares e raros, os Sistemas de Informação Geográfica (SIG).

Foram utilizadas técnicas de expressão gráfica com simbologia constituída por pontos (símbolos), linhas e manchas com progressão de tons de cinza e a simultânea utilização de tramas, variando na textura e percentagem (valor) de preto.

Da representação e necessária justaposição de plantas em formato analógico, como acontece com o PDMS, anotam-se dificuldades de leitura e análise rigorosa da informação. As dificuldades de análise e interpretação também decorrem das técnicas de representação, que comprometem a legibilidade gráfica ou introduzem dificuldades de interpretação, sobretudo aquando da sobreposição de muitos símbolos, manchas ou linhas, grafismos próximos (vd. Figura VII.1.2).

Figura VII.1.2. Extrato da Planta de ordenamento do PDM de Sousel



Fonte: DGT, SNIT, PDM Sousel, 2020.

Em suma, tais técnicas e escalas utilizadas revelam-se obsoletas e desatualizadas, com densidade e semiologia gráfica que não facilitam a sua leitura, análise e interpretação, traduzindo-se num prejuízo para a eficiência da gestão e rigor da informação prestada e da

garantia do respeito pelo princípio da proporcionalidade relativamente aos agentes do território.

De salientar que nas alterações por adaptação do PDM foram introduzidos elementos nas Plantas de ordenamento e de condicionantes já com recurso a Sistemas de Informação Geográfica, como aliás se pode observar na Figura VII.1.2 na área abrangida pelo Plano de Intervenção em Espaço Rústico de São Bartolomeu.

DAS CONDICIONANTES. SERVIDÕES ADMINISTRATIVAS E RESTRIÇÕES DE UTILIDADE PÚBLICA

O PDMS eficaz identifica na Planta de Condicionantes, à escala 1:25 000, as servidões administrativas e restrições de utilidade pública que constituem ou podem constituir limitações ou impedimentos a qualquer forma específica de aproveitamento do solo do território concelhio, em vigor à data de publicação do plano, designadamente as seguintes:

1. Rede rodoviária – Outras estradas (EN 245, END 372, END 372-1);
2. Rede rodoviária municipal;
3. Caminhos municipais;
4. Caminhos vicinais;
5. Rede ferroviária;
6. Captações de água;
7. Conduta adutora de abastecimento de água;
8. Depósito de resíduos sólidos;
9. Estação de Tratamento de Águas Residuais;
10. REN – Reserva Ecológica Nacional;
11. RAN - Reserva Agrícola Nacional
12. Montado de sobro;
13. Montado de azinho;
14. Olival;

15. Património cultural – imóveis classificados;
16. Áreas excluídas da REN;
17. Perímetro urbano de Santo Amaro;
18. Plano de Intervenção em Espaço Rústico de São Bartolomeu.

De salientar que os três últimos elementos da lista anterior se referem à alteração por adaptação do PDM ocorrida em 2020 (Aviso n.º 592/2020, de 13 de janeiro).

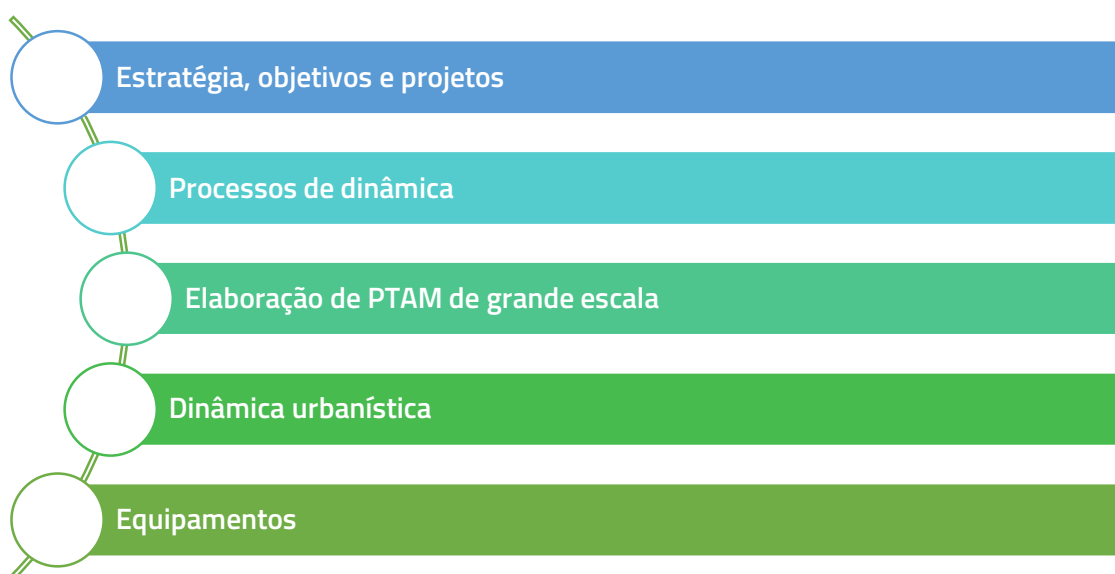
Não invalidando a necessidade de um trabalho de pesquisa mais aprofundado, em colaboração estreita com as entidades que tutelam cada uma destas servidões e restrições de utilidade pública, pode-se adiantar sobre a necessidade de ponderar e/ou rever as condicionantes identificadas no PDMS, atendendo às alterações ocorridas nos contextos legais que as enquadram, à distribuição atual das infraestruturas, ao conhecimento mais aprofundado sobre o património, à atualização das áreas percorridas por incêndios, entre outros fatores. Esta revisão implicará necessariamente a alteração do conteúdo documental e regulamento.

VII.1.2.3. A EXECUÇÃO DO PDMS99

O PDMS (publicado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 130/99, de 26 de outubro) é um plano de primeira geração que conta, ao momento, com 22 anos de eficácia. Trata-se, portanto, de um longo período, marcado por fortes mudanças no contexto e conjuntura económica, social ambiental, bem como do paradigma de desenvolvimento e do quadro estratégico de referência que presidiu à sua elaboração. Encontra-se assim bastante desatualizado face ao atual quadro legal nas matérias relevantes, e face à realidade ambiental, social e económica do concelho.

A sua operacionalização teve, contudo, reflexos no concelho que agora se pretendem aferir e avaliar. Para o efeito, atentos ao PDMS e às suas propostas passíveis de avaliar, dividem-se as mesmas em cinco grandes tipos, nomeadamente a concretização da estratégia, objetivos e projetos, os processos de dinâmica, a elaboração de Planos Territoriais de Âmbito Municipal (PTAM) de grande escala, a dinâmica urbanística e os equipamentos (*vd.* Figura VII.1.3).

Figura VII.1.3. Âmbito das propostas do PDM passíveis de avaliação objetiva



CONCRETIZAÇÃO DA ESTRATÉGIA, OBJETIVOS E PROJETOS

O Relatório do PDM de Sousel (CMS, 1996) dedica um capítulo à “Estratégia Municipal de Desenvolvimento”, sintetizando as grandes linhas de ordenamento, enquanto objetivos fundamentais do PDM, nomeadamente os seguintes:

- 1. Potenciar a rede urbana e viária, de modo a garantir o aumento generalizado da qualidade de vida, e garantir a fixação da população**, através de uma proposta de rede urbana assente nos centros de capacidade e diversidade de oferta capazes de absorverem as dinâmicas de crescimento, integrando os diferentes setores, sociedade e atividades, numa estrutura equilibrada.

2. **Valorização do território concelhio como suporte da diversidade e desenvolvimento das atividades económicas**, na perspetiva da evolução sustentada, aumentando a sua competitividade através da criação e promoção de uma imagem assente na dignificação dos recursos existentes e na inovação, em simultâneo com a defesa dos valores ecológicos e agrícolas em presença.
3. **Investir em Sousel como centro turístico regional**, aproveitando as condições naturais, patrimoniais e paisagísticas para o desenvolvimento do turismo, orientando a localização dos empreendimentos turísticos para áreas próximas desses recursos.
4. **Conservação e valorização dos valores patrimoniais**, identificando espaços específicos para a sua promoção e pela melhoria contínua da qualidade do ambiente natural e urbano, por forma a viabilizar a vertente turística do concelho e consolidar a imagem e identidade do concelho.

Não obstante a definição de linhas orientadoras/objetivos, o PDMS não estabelece uma estrutura clara e inteligível de objetivos estratégicos e operacionais a alcançar no quadro da sua vigência, assim como também não identifica um conjunto de medidas coerentes e devidamente articuladas, nem quantifica metas ou estabelece métricas ou um sistema de indicadores para a sua monitorização e avaliação, o que dificulta e confere maior complexidade à sua avaliação.

Contudo, a **planta de ordenamento**, com a definição das diversas **classes de espaços** e respetivas **categorias** e dos **perímetros urbanos**, e a delimitação das **Unidades Operativas de Planeamento e Gestão (UOPG)** (vd. Figura VII.1.4), bem como a **planta de condicionantes**, respondem aos objetivos estratégicos definidos no “Relatório do PDM de Sousel”, já que se trata, sobretudo, de linhas gerais orientadoras da ação municipal.

Figura VII.1.4. Zonamento do PDM de Sousel 1999 (classes e categorias de espaço)



Fonte: PDM Sousel

PROCESSOS DE DINÂMICA

Relativamente aos processos de dinâmica, o n.º 1 do artigo n.º 115 do RJGT determina que os planos territoriais são dotados de mecanismos de dinâmica que lhes conferem uma relativa versatilidade decorrente de possibilidades de sofrerem ajustes em função de determinados fatores¹⁸:

1. da **evolução das condições** ambientais, económicas, sociais e culturais subjacentes e que **fundamentam as opções definidas** no programa ou no plano;

¹⁸ Cf. n.º 2 do artigo 115.º do RJGT.

2. da **incompatibilidade ou da desconformidade** com outros programas e planos territoriais aprovados ou ratificados;
3. da **entrada em vigor de leis ou regulamentos** que colidam com as respetivas disposições ou que estabeleçam servidões administrativas ou restrições de utilidade pública que afetem as mesmas.

Os referidos **mecanismos de dinâmica** correspondem a **alteração, correção material, revisão, suspensão, revogação** (n.º 1 do artigo 115.º) e **alteração simplificada**¹⁹.

O PDM de Sousel não se manteve estático e após a publicação (Resolução do Conselho de Ministros n.º 130/99, de 26 de outubro) foi sujeito, em ocasiões distintas, a oito **momentos de dinâmica** (vd. Figura VII.1.5), nomeadamente:

1. **1.ª alteração**, em 2004, em **regime simplificado**, ao abrigo do artigo n.º 97-A do RJIGT²⁰, para correção da discrepância entre a planta de perímetros urbanos – Sousel, à escala 1:5000 e a planta de ordenamento, à escala 1:25000, em concreto no traçado do perímetro urbano na zona poente da vila, adjacente à zona industrial (**Declaração n.º 104/2004**, de 30 de abril);
2. **1.ª correção material**, em 2011, ao abrigo do artigo n.º 97-A do RJIGT, para correção dos artigos 47.º e 48.º do Regulamento, incluindo na nova redação que os solos pertencem à RAN e corrigindo o índice de construção (**Aviso n.º 2251/2011**, de 20 de janeiro);
3. **2.ª correção material**, em 2011, ao abrigo do artigo n.º 97-A do RJIGT, corrigindo o perímetro urbano de Santo Amaro pela delimitação constante da planta de ordenamento e da REN, publicada em anexo (**Aviso n.º 2532/2011**, de 24 de janeiro);
4. **2.ª alteração por adaptação ao Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo**, em 2011, ao abrigo do artigo n.º 97.º do RJIGT, aos artigos 42.º, 47.º, 48.º, 49.º, 50.º, 52.º e 53.º do Regulamento (**Aviso n.º 2649/2011**, de 25 de janeiro);

¹⁹ No caso da alteração simplificada apenas se aplica aos planos intermunicipais e municipais (artigo 123.º).

²⁰ Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro, com as alterações introduzidas pelos Decreto-Lei n.º 53/2000, de 7 de abril, 310/2003, de 10 de dezembro, 58/2005, de 29 de dezembro, 56/2007 de 31 de agosto, 316/2007, de 19 de setembro, 104/2007, de 6 de novembro e 46/2009, de 20 de fevereiro.

5. **3.ª correção material**, em 2011, ao abrigo do artigo n.º 97-A do RJIGT, corrigindo o perímetro urbano de Cano pela delimitação constante da planta de ordenamento e da REN, publicada em anexo (**Aviso n.º 11781/2011**, de 27 de maio);
6. **4.ª correção material**, em 2014, ao abrigo do artigo n.º 97-A do RJIGT, corrigindo o perímetro urbano de Santo Amaro pela delimitação constante da carta de REN, alterada, publicando em anexo as plantas de ordenamento e condicionantes alteradas (**Aviso n.º 14424/2014**, de 26 de dezembro);
7. **3.ª alteração**, em 2015, ao abrigo dos artigos 96.º, 79.º e 148.º do RJIGT, concretizada numa alteração ao Regulamento para alteração do índice de construção no espaço industrial (nova redação do artigo 43.º) e possibilidade de construção de indústrias agropecuárias em solo rural (novo artigo 43.º-A) e nova redação do artigo 49.º, bem como numa alteração à Carta de Perímetro Urbano de Sousel: Reclassificação de equipamento proposto - hipódromo em espaço industrial (escala 1:5000) (**Aviso n.º 6567/2015**, de 12 de junho);
8. **4.ª alteração por adaptação**, em 2020, ao abrigo do artigo n.º 121 do RJIGT²¹, decorrente da entrada em vigor do Plano de Intervenção em Espaço Rústico de S. Bartolomeu, concretizada com a introdução de um **novo artigo 62.º** no Título IV referente às Unidades operativas de planeamento e gestão, a implementar, e da respetiva representação gráfica nas plantas de ordenamento e de condicionantes (**Aviso n.º 592/2020**, de 13 de janeiro).

Os referidos mecanismos de dinâmica introduziram alterações significativas à versão original do PDM de Sousel, embora não invalidem a necessidade de revisão, na medida em que:

1. não foram estruturantes e com alcance suficiente para substituir uma revisão (nem sequer é esse o objeto e objetivo);
2. entretanto, a dinâmica legislativa em matéria de ordenamento requer *per se* a revisão do PDM;
3. o PDM se encontra globalmente obsoleto;

²¹ Aprovado pelo Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio.

4. encontra-se ultrapassado o prazo de vigência do mesmo (10 anos), de acordo com o artigo 4.º do Regulamento do PDM, que determina que o mesmo deve ser revisto dentro deste período.

A revisão é assim o último procedimento de dinâmica do PDM de Sousel.

Figura VII.1.5. A dinâmica do PDM de Sousel

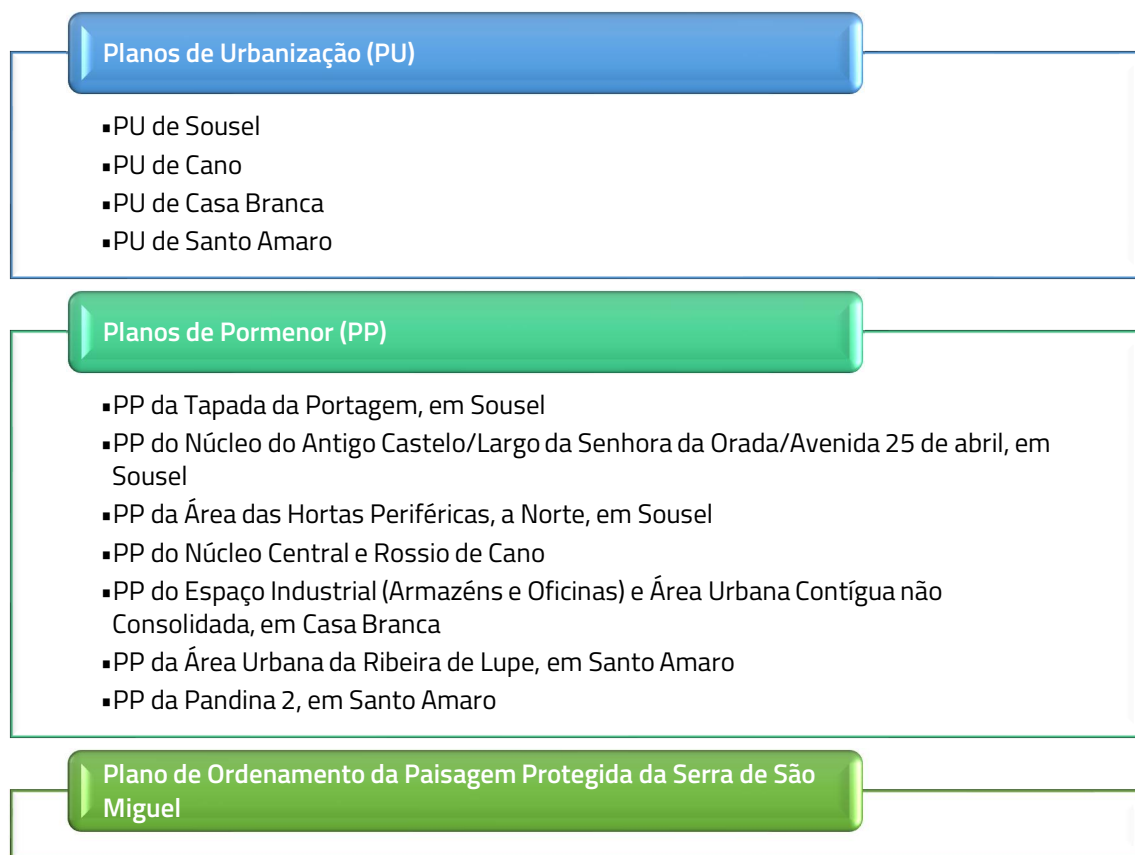


ELABORAÇÃO DE PLANOS TERRITORIAIS

À data da entrada em vigor do PDM de Sousel (1999) apenas estava em vigor um Plano de Pormenor: o **PP da Zona Industrial de Sousel**, publicado pela Declaração 11-8-92, de 6 de outubro, o qual se mantém eficaz atualmente.

Porém, o PDMS99 previa a elaboração de 11 PTAM, dos quais, quatro Planos de Urbanização (um para cada sede de freguesia) e sete Planos de Pormenor, para além de um plano de ordenamento de paisagem protegida (vd. Figura VIII.1.6). Entre 1999 e o momento atual **não foi aprovado qualquer dos planos previstos no PDM99.**

Figura VII.1.6. IGT previstos no PDM de Sousel, 1999



Fonte: PDM Sousel

Contudo, no concelho, para além do PP da Zona Industrial de Sousel, encontra-se igualmente em vigor o Plano de Intervenção em Espaço Rústico (PIER) de São Bartolomeu, publicado em 2019, para a área da pedreira.

DINÂMICA URBANÍSTICA

Entre as possibilidades para aferir da execução do PDM destaca-se a avaliação da **dinâmica urbanística** após a sua entrada em vigor e do conseqüente **grau de consolidação (execução) dos perímetros urbanos**²².

²² A avaliação do grau de execução dos perímetros urbanos previstos no PDM baseou-se em fotointerpretação de imagens aéreas de 2019 da CMS/InfoPortugal. Considerou-se como **área consolidada**, aquela que se apresenta infraestruturada e em que o solo está maioritariamente ocupado por edificação. A área consolidada pode integrar espaços intersticiais ainda não ocupados, sendo aplicado o critério da dominância. A **área comprometida** diz respeito à existência de alvarás de loteamentos válidos, informações prévias ou projetos de arquitetura aprovados.

O PDM delimitou os perímetros urbanos dos **quatro** principais **aglomerados urbanos** - **Sousel, Cano, Casa Branca e Santo Amaro**, a fim de contrariar a dispersão e a construção nas áreas agrícolas, e de reforçar a aglomeração nos perímetros urbanos delimitados²³.

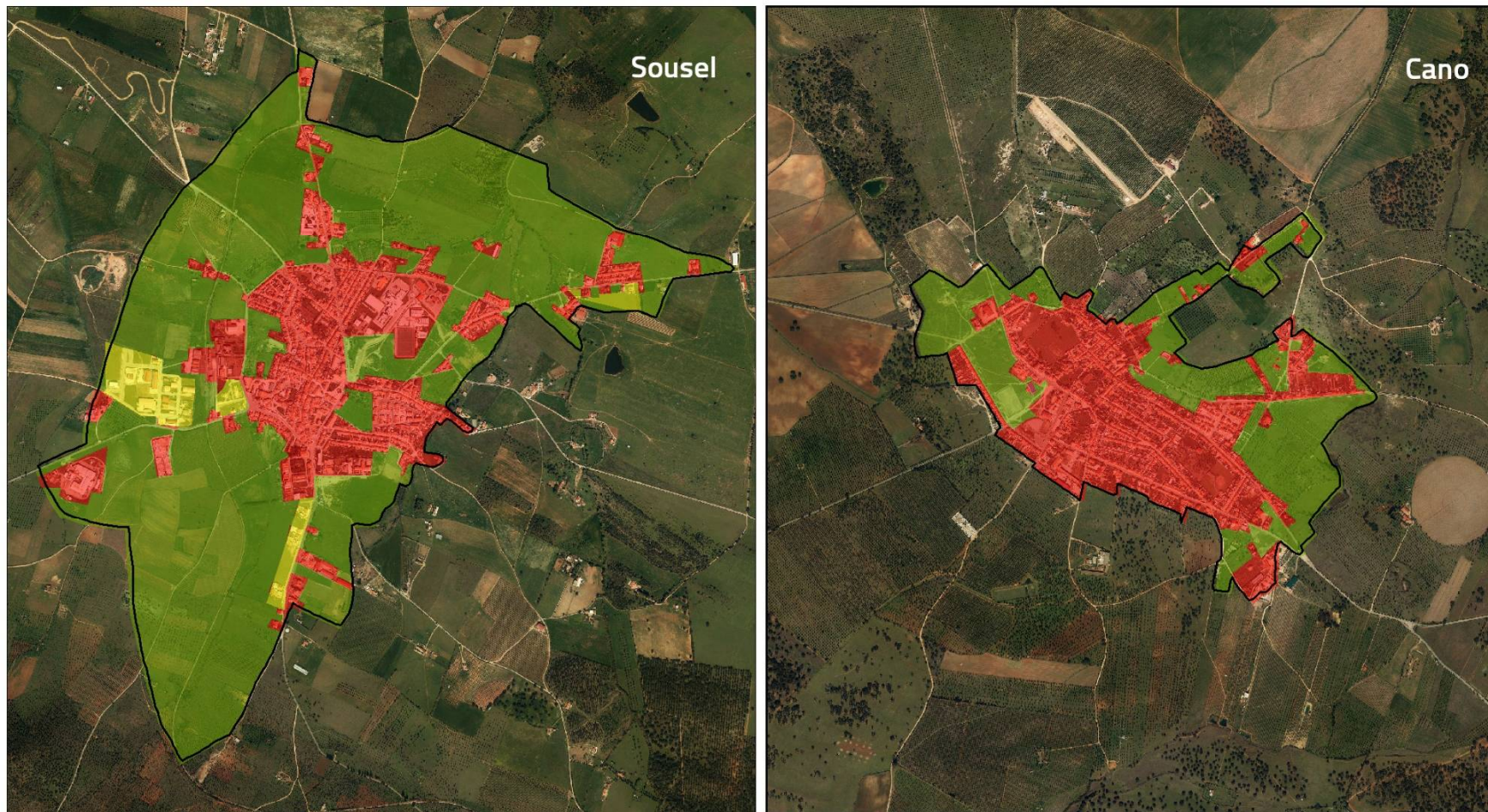
Da aferição do **grau de execução** dos quatro perímetros urbanos do concelho (vd. Figura VII.1.7, Figura VII.1.8 e Quadro VII.1.1) conclui-se que o mesmo é **relativamente baixo**, próximo dos **37%**. O perímetro de **Cano é o mais executado**, com **54,7%**, seguido do perímetro de Casa Branca, com **43,3%**, ambos acima da média concelhia. Por sua vez, o perímetro de **Sousel é o que apresenta menor execução (28,7%)**.

Quadro VII.1.1. Execução dos perímetros urbanos do PDM de Sousel

Perímetro urbano	Área (ha)	Ocupado (ha)	Comprometido (ha)	Livre (ha)	Grau de execução (%)
Sousel	329,84	80,66	13,98	235,21	28,69
Cano	133,94	73,26	0,00	60,68	54,69
Casa Branca	105,58	42,73	2,99	59,86	43,30
Santo Amaro	63,03	21,81	1,18	40,04	36,47
Total	632,40	218,46	18,14	395,79	37,41

Constata-se ainda que as áreas dos perímetros urbanos efetivamente ocupadas estão, de uma forma geral, concentradas, com um reduzido nível de fragmentação. Da mesma forma, as áreas comprometidas são contíguas às áreas já ocupadas, o que contribui para uma maior eficiência das infraestruturas.

²³ Correspondendo estes ao somatório dos espaços urbanos, espaços urbanizáveis (que incluem as áreas de equipamento) e espaços industriais que lhe sejam contíguos (artigo 8.º do PDMS).



□ Limite do perímetro urbano

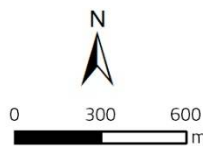
Execução do perímetro urbano

■ Ocupado


■ Comprometido

■ Livre

Figura VII.1.7. Execução dos perímetros urbanos de Sousel e de Cano





 Limite do perímetro urbano

Execução do perímetro urbano

 Ocupado

 Comprometido

 Livre

Figura VII.1.8. Execução dos perímetros urbanos de Casa Branca e Santo Amaro



EQUIPAMENTOS

A verificação da execução de projetos concretos previstos no âmbito do PDM, nomeadamente, **equipamentos**, é igualmente um bom indicador que permite avaliar o grau de concretização/execução do plano.

As Plantas 1/5000 dos Perímetros urbanos dos aglomerados, definem áreas de equipamentos previstos, indicando, na maioria dos casos, o uso proposto. O Regulamento é, no entanto, omissivo no que respeita a estas áreas e às respetivas regras de ocupação. O Quadro VII.1.2 permite perceber que a maioria dos equipamentos foi concretizada no período de vigência do PDM (sete de 12), sendo que Sousel, com o maior número de equipamentos previstos, é também o aglomerado com menor concretização (dois de seis).

Quadro VII.1.2. Avaliação da execução dos equipamentos previstos no PDM de Sousel

Aglomerado urbano	Equipamento proposto	Avaliação da execução
Sousel	Museu Municipal de Sousel, na Tapada da Portagem	O Museu Municipal (dos Cristos) foi executado, mas instalado noutro local. (no edifício do Centro Cultural)
	Centro de Saúde	Executado e instalado no local previsto.
	Ampliação do Cemitério	Não concretizado. A área mantém-se sem qualquer ocupação.
	Hipódromo	Não concretizado. Parte desta área foi reclassificada em 2015 como espaço industrial.
	Parque Desportivo	Não concretizado. Esta área mantém-se sem qualquer ocupação ou compromisso urbanístico.
	Estação de Serviço	Não concretizado. Foi construído um edifício de habitação unifamiliar cujo licenciamento foi anterior à aprovação do PDM, sem que o uso tenha sido alterado.
Cano	Não especificado	Não concretizado. Sem qualquer ocupação ou compromisso urbanístico.

Casa Branca	Não especificado (área localizada no extremo nordeste do perímetro urbano)	Foi construído o Lar de 3ª Idade (no espaço a norte da via)
	Não especificado (área contígua ao cemitério existente)	Foi ampliado o cemitério. A área encontra-se parcialmente ocupada com um estaleiro de materiais.
Santo Amaro	Ampliação do cemitério	Executado.
	Polidesportivo ao ar livre	Executado, mas noutra local.
	Não especificado	Executado um Parque Geriátrico

Fonte: PDMS; CMS/ONG, 2018

De salientar ainda que alguns dos equipamentos previstos foram executados, mas em local distinto do previsto, como é o caso do Museu Municipal, em Sousel e do polidesportivo ao ar livre, em Santo Amaro (*vd.* Quadro VII.1.2).

Para além dos equipamentos previstos, foram construídos outros, nomeadamente os seguintes (CMS/ONG, 2018):

1. Centro cultural de Sousel, construído em espaço urbano consolidado, tendo dado lugar ao Museu dos Cristos;
2. construção do Centro Escolar, que substituiu a escola JI+1º Ciclo, na Tapada da Portagem em Sousel;
3. construção da Piscina descoberta e Campo de futebol, na Tapada da Portagem em Sousel;
4. instalação do Clube de Tiro, a NO da Serra de S. Miguel. Este equipamento funciona também como local de eventos, como o *Open Internacional de Field Target* do Alentejo;
5. Lar de 3ª Idade em Sousel, através da reconversão do antigo Centro de Saúde;
6. construção das extensões de Saúde em Cano em espaço urbano não consolidado e em Casa Branca, no loteamento municipal de Poço Largo, executado em espaço urbanizável.

SÍNTESE DA AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DO PDMS99

Avaliados os cinco âmbitos em que a análise da **execução do PDM de Sousel** foi dividida, anotam-se as principais conclusões:

1. pese embora as plantas de ordenamento e de condicionantes concretizem de certa forma a **estratégia do PDM**, esta não estabelece uma estrutura clara e inteligível de objetivos estratégicos e operacionais a alcançar no quadro da sua vigência, assim como também não identifica um conjunto de medidas coerentes e devidamente articuladas, nem quantifica metas ou estabelece métricas ou um sistema de indicadores para a sua monitorização e avaliação, o que **dificulta e confere maior complexidade à sua avaliação**;
2. não obstante os **oito mecanismos de dinâmica** que o PDM sofreu no seu período de vigência, onde se inclui a adaptação ao PROT Alentejo em 2011 e ao PIER de São Bartolomeu em 2020, existem diversas razões que justificam a sua revisão, designadamente a **alteração do quadro legal** em matéria de ordenamento do território e urbanismo, com a publicação da LBPPSOTU, do RJIGT, classificação e qualificação dos solos, e do RJUE, *etc.*, a **necessidade de adequação das opções estratégicas** que determinaram a sua elaboração ao quadro económico, social e ambiental atual, a existência de informação de maior qualidade, a possibilidade de produzir conhecimento e utilizar técnicas de produção e disponibilização cartográfica (SIG) que permitem maior transparência e celeridade à gestão do território;
3. o PDMS99 previa a elaboração de 11 PTAM, dos quais, quatro Planos de Urbanização (um para cada sede de freguesia) e sete Planos de Pormenor, para além de um plano de ordenamento de paisagem protegida. Entre 1999 e o momento atual **não foi aprovado qualquer dos planos previstos no PDM99**;
4. de um modo geral, **o grau de execução dos perímetros urbanos** definidos no PDMS99 é **relativamente baixo**, não ultrapassando os **37%**. Nenhum dos perímetros urbanos definidos no PDM99 apresenta um grau de execução total;

5. a **maioria dos equipamentos foi concretizada** no período de vigência do PDM (sete de 12), sendo que **Sousel, com o maior número de equipamentos previstos, é também o aglomerado com menor concretização (dois de seis).**

VII.1.2.4. ASPETOS A RETER

Neste capítulo procedeu-se à análise do PDM de Sousel, publicado em 1999, tendo-se descrito sucintamente o quadro legal que esteve na sua base, bem como as principais características deste IGT, sobretudo ao nível do Regulamento e das Plantas de ordenamento e de condicionantes. Concluiu-se assim, da análise das principais **características e conteúdos do PDM de Sousel**, que:

1. o PDMS foi elaborado num **quadro legal** bastante distinto do atual, em vários domínios, mas sobretudo no do ordenamento do território, destacando-se a nova LBPPSOTU e o novo RJIGT, que, entre outras alterações, estabelecem o fim do solo urbanizável e a obrigatoriedade de inclusão no PDM de um conjunto de normas de instrumentos de gestão territorial de nível superior;
2. o **regulamento** do PDMS resume-se, essencialmente, à definição de condicionantes ao uso do solo e de regras de edificabilidade, dando pouca prioridade aos objetivos a alcançar no seu prazo de vigência;
3. as **plantas de ordenamento e de condicionantes**, elaboradas a preto e branco, com recurso a técnicas obsoletas e desatualizadas, apresentam algumas fragilidades, sobretudo ao nível da leitura, traduzindo-se em num prejuízo para a eficiência da gestão e rigor da informação prestada e da garantia do respeito pelo princípio da proporcionalidade relativamente aos agentes do território;

Foi igualmente avaliado o **grau de execução do PDM99**, e considerando as propostas passíveis de avaliar, foram as mesmas divididas em cinco grandes tipos, nomeadamente a

concretização da estratégia, objetivos e projetos, os processos de dinâmica, a elaboração de Planos Territoriais de Âmbito Municipal (PTAM) de grande escala, a dinâmica urbanística e os equipamentos.

Pese embora as plantas de ordenamento e condicionantes respondam, em parte, aos objetivos estratégicos definidos no Relatório do PDM, estes correspondem, sobretudo, a linhas gerais orientadoras da ação municipal, não quantificáveis, o que confere maior complexidade à sua avaliação.

O PDM de Sousel não se manteve estático ao longo do tempo, tendo sido sujeito, em ocasiões distintas, a oito **momentos de dinâmica**, desde alterações, alterações simplificadas, alterações por adaptação, a correções materiais.

O PDMS99 previa a elaboração de 11 PTAM, dos quais, quatro Planos de Urbanização (um para cada sede de freguesia) e sete Planos de Pormenor, para além de um plano de ordenamento de paisagem protegida. Porém, entre 1999 e o momento atual **não foi aprovado qualquer dos planos previstos no PDM99**, estando eficazes, apenas dois PP: o da Zona Industrial de Sousel (anterior ao PDM) e o PIER de São Bartolomeu.

No que concerne ao **grau de execução dos perímetros urbanos** definidos no PDMS99, verifica-se que é **relativamente baixo**, não ultrapassando os **37%**. Nenhum dos perímetros urbanos definidos no PDM99 apresenta um grau de execução total.

Já no que respeita à execução dos **equipamentos previstos**, constata-se que a **maioria foi concretizada** no período de vigência do PDM (sete de 12), sendo que **Sousel**, com o **maior número de equipamentos previstos**, é também o aglomerado com menor concretização (dois de seis).

Com esta abordagem, e considerando a caracterização efetuada, aproxima-se o momento de concretizar a **estratégia para o desenvolvimento** sustentável e um modelo de ordenamento para o concelho de Sousel.

Contudo, este exercício proativo e prospetivo¹ estará sempre incompleto se não equacionar as sensibilidades, aspirações e anseios dos atores locais - **os fazedores do território** -, ou seja, o **motor da realidade e a quem se dirige e quem usufruirá**, em primeira análise, do exercício e prática de planeamento. Pelo que antes de um diagnóstico-síntese e da sequente concretização da estratégia, analisar-se-ão as **sensibilidades dos atores** sobre o concelho.

¹ A palavra **prospetiva** tem origem latina, do verbo *prospicere*, que significa "olhar para longe ou de longe, discernir alguma coisa que está à nossa frente" (GODET, 1993), e não deve ser confundida com "antecipar" o futuro ou "prever". No âmbito da prospetiva há um postulado de liberdade face a futuros múltiplos e indeterminados, e não qualquer relação com o determinismo da futurologia (GODET, 1993). Para o autor, com o espírito técnico que aqui se coloca, a "previsão constrói um futuro à imagem do passado, enquanto a prospetiva se vira para um futuro decididamente diferente do passado, pois os problemas mudam mais depressa do que se resolvem e prever essas mudanças é mais importante do que encontrar soluções que se apliquem a problemas do passado. A prospetiva não encara o futuro apenas como prolongamento do passado, pois o futuro está aberto às ações de múltiplos atores que agem hoje em função dos seus projetos para o futuro. O futuro não deve ser encarado como uma linha única e pré-determinada no prolongamento do passado (...), é múltiplo e indeterminado (...), não está escrito, está por fazer (...). Em boa medida, o que se sofrer no futuro resulta das ações do passado e o que se quis explica as ações do presente. Ou seja, não é apenas o passado que explica o futuro, mas também a imagem do futuro que se imprime no presente" (GODET, 1993).

VII.2. A AUSCULTAÇÃO DOS ATORES LOCAIS. UM CONTRIBUTO FUNDAMENTAL PARA O PLANEAMENTO E DESENVOLVIMENTO

VII.2.1. O CONTEXTO DA PARTICIPAÇÃO PÚBLICA

A **afirmação e valorização da participação pública** no processo de planeamento e desenvolvimento territorial resultam de uma respeitável **recomendação internacional**, com já quase três décadas. É com a **Conferência das Nações Unidas para o Ambiente e Desenvolvimento (CNUAD)**¹ que se inicia o movimento global rumo à sustentabilidade e é lançado o **apelo global à participação pública** no processo de planeamento e desenvolvimento sustentável. Neste sentido, o capítulo 28 da A21 (“Iniciativas das Autoridades Locais em Apoio à Agenda 21”) assume, claramente, que muitos dos problemas e respetivas soluções têm as suas raízes e respostas ao nível local, entendendo-se que o compromisso da mudança do paradigma do desenvolvimento – rumo ao desenvolvimento sustentável –, passa pelo **envolvimento ativo de todos** nesse processo, nomeadamente, através da elaboração-implementação de planos de ação à escala local (a Agenda 21 Local).

Vinte anos após a Cimeira da Terra, as Nações Unidas (ONU), na “Conferência Rio+20” sob a epígrafe “O Futuro que desejamos”, no capítulo “II. Renovação do Compromisso Político” do relatório “O Futuro que queremos”, reafirmam esses compromissos, reconhecendo-se a **necessidade de reforçar o desenvolvimento sustentável através de esforços coletivos**. Os

¹ Que ocorreu no Rio de Janeiro em 1992, onde foi aprovada pelos 173 Governos participantes, incluindo Portugal, a Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, *i.e.*, o Plano das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável (a “**Agenda 21**”) (ONU, 1992).

mesmos foram reiterados no capítulo “C. Comprometimento dos grupos principais¹” e definidos os “pré-requisitos” para o progresso dessa visão (ONU, 2012 e ONU/CNUDS, 2012), destacando-se:

1. Uma ampla participação pública na tomada de decisões.
2. A importância de permitir que todos os membros da sociedade civil participem ativamente no desenvolvimento sustentável incorporando os seus conhecimentos específicos e *know-how* prático na elaboração de políticas nacionais e locais.
3. O fortalecimento do direito ao acesso à informação e da capacidade da sociedade civil exercer esse direito.
4. O papel do setor privado, encorajando intensamente que o comércio e a indústria demonstrem liderança no avanço da economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável.
5. O papel essencial dos governos locais e a necessidade de os integrar plenamente em todos os níveis de tomada de decisões sobre o desenvolvimento sustentável.
6. A necessidade de refletir as perspetivas de crianças e jovens considerando que estas terão um profundo impacto sobre os jovens de hoje e sobre as gerações vindouras.

De referir ainda que no capítulo “D. Quadro de Ação” afirma-se o compromisso de melhorar a **governança** e de revigorar parcerias envolvendo todos os *stakeholders* para abordar os desafios comuns ao desenvolvimento sustentável, entre outros.

Portugal está profundamente comprometido com este movimento através da aprovação da Agenda 21², e nesse âmbito a DGOTDU (2009) sustenta que “o território é um **recurso coletivo**

¹ “Engagement of major groups”, entendidos como mulheres, crianças e jovens, povos indígenas, organizações não-governamentais, autoridades locais, trabalhadores e sindicatos, comércio e indústria, a comunidade científica e tecnológica, e agricultores.

² E também dos diversos acordos internacionais firmados rumo ao desenvolvimento sustentável que, desde o ano de 1992, vêm a ser firmados neste sentido. E de modo a dar-lhe expressão prática (APA, 2007), promoveu a elaboração da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS), e respetivo Plano de Implementação (aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 109/2007, de 20 de agosto)

cujo destino e **modo de utilização interessa a todos**". Como tal, sublinha (*ob.cit.*) que o sucesso da gestão do território depende "da colaboração entre os agentes diretos das transformações" e "da participação e do envolvimento ativo dos cidadãos e das organizações da sociedade civil".

Impõe-se, pois, a necessidade de promover uma "**boa governança** e estimular e organizar a participação dos cidadãos e das organizações da sociedade civil nas principais decisões da gestão territorial" DGOTDU (*ob.cit.*).

É igualmente neste sentido que, no âmbito do sistema de gestão territorial (artigo 38.º da LBPPSOTU¹ e artigo 2.º do RJIGT²), o **Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território** (PNPOT 2019)³ se orienta superiormente, destacando-se de entre os cinco domínios de intervenção que operacionalizam os (10) **dez compromissos para o território**, o de "**Governança Territorial**". O PNPOT 2019 afirma aliás que o défice de "uma cultura cívica valorizadora do ordenamento do território" identificado no PNPOT 2007, ainda se mantém, urgindo "**promover uma cultura de cidadania ativa** para as questões do território capaz de mobilizar a sociedade em torno de compromissos territoriais, fomentando o acompanhamento e a cooperação ativa das entidades que representam diferentes interesses, assim como dos demais agentes territoriais e cidadãos interessados, para a **obtenção de soluções concertadas de desenvolvimento e a garantia de equidade nas oportunidades geradas.**"

Neste âmbito propõe a **medida** "Aprofundar a descentralização e promover a cooperação e a governança multinível", cujos objetivos operacionais são: 1) aproximar a decisão pública dos

¹ Lei de Bases de Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo, Lei n.º 31/2014, de 30 de maio, alterada pela Lei n.º 74/2017, de 16 de agosto.

² Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, DL n.º 80/2015, de 14 de maio, alterado pelos DL 81/2020, de 2 de outubro e 25/2021, de 29 de março.

³ Aprovado pela Lei n.º 99/2019, de 5 de setembro.

cidadãos e dos territórios; 2) reforçar a transversalidade e a coordenação da atuação interministerial e a governança multinível; 3) **adotar novos formatos partilhados de participação, fomentando modelos de governança mais transparentes, eficientes e eficazes;** e 4) aumentar o financiamento local, de forma a assegurar os recursos necessários tendo em vista uma maior coesão territorial.”

Por sua vez, a LBPPSOTU reforça o sentido estratégico colocado pelo PNPOT em relação à participação pública no planeamento e desenvolvimento, consagrando o **princípio** da “**participação dos cidadãos**” na alínea g) do artigo 3.º. O mesmo objetivo é reforçado pelo n.º 1 do artigo 6.º (direito à participação) do RJIGT, sustentando que “todas as pessoas (...) têm o direito de participar na elaboração, alteração, revisão (...) dos (...) planos territoriais”.

Em convergência com este sentido, é vontade do Executivo da Câmara Municipal de Sousel implementar no terreno um novo modelo de governança local que privilegie a auscultação ativa dos atores locais na revisão do PDM, materializando assim no terreno os princípios de **subsidiariedade, parceria, co-criação e co-responsabilização**, e por isso um modelo de governança próximo dos atores locais e *stakeholders*.

VII.2.2. DO PROCESSO DE PARTICIPAÇÃO AOS CONTRIBUTOS DOS ATORES

Considerando o RJGT, em especial no que se reporta às fases de participação pública obrigatórias no âmbito do processo de elaboração/ revisão do PDM¹, o Município de Sousel promoveu no terreno diversas iniciativas e ações, em prol do futuro do concelho. Sem prejuízo de outros instrumentos (email, participação *online*, presidências abertas, entre outros), sublinham-se (*vd.* Quadro VII.2.1);

1. **Fórum** realizado em **22/10/2021**, com a coordenação do Sr. Presidente do Município de Sousel, a equipa do município de Sousel afeta ao processo de revisão do plano diretor municipal, equipa da RTGeo e a população e agentes do concelho, sobre os quais incidiu a sessão de trabalho.
2. **Entrevistas individuais aos Srs. Presidentes de Junta de Freguesia**, nas quais se auscultou a sensibilidade e a perspetiva dos entrevistados quanto às questões colocadas e debatidas no Fórum de 22/10/2021, bem como a outros temas que os mesmos pretenderam relevar.

Quadro VII.2.1. Instrumentos de auscultação pública utilizados na revisão do PDM de Sousel

INSTRUMENTOS DE AUSCULTAÇÃO PÚBLICA	ATORES	DATA	ABORDAGEM	METODOLOGIA	N.º DE RESPOSTAS
Fórum	População em geral	22 outubro 2021	"Bottom-up"		246
Entrevista	PJF Casa Branca	22 novembro 2021	"Bottom-up"	"Planning table"	-
Entrevista	PJF Cano	22 novembro 2021	"Bottom-up"	"Planning table"	-
Entrevista	PJF Santo Amaro	23 novembro 2021	"Bottom-up"	"Planning table"	-
Entrevista	PJF Sousel*	23 novembro 2021	"Bottom-up"	"Planning table"	-

* Em substituição do Sr. Presidente da JF de Sousel, a entrevista foi realizada a uma técnica da JF de Sousel.

¹ Participação preventiva, artigo 76.º em articulação com o artigo 88.º, e participação sucessiva, artigo 89.º

Tanto no Fórum como nas entrevistas, foram colocadas, aos atores envolvidos, questões fundamentais que permitiram e permitem traçar um quadro geral sobre o concelho, nomeadamente:

1. O que mais gosta no concelho?

A primeira questão tem como objetivo principal recolher informação dos atores locais acerca do que mais valorizam no concelho, o que não deve ser mudado, aquilo que é positivo e que deve ser mantido, o que dá dignidade e identidade ao território de Sousel.

2. O que menos gosta no concelho?

Contrariamente à primeira questão, neste ponto procurou-se obter dos atores a sua sensibilidade para os problemas existentes e/ou emergentes, sobre o que menos valorizam e ou consideram negativo para o concelho.

3. Que ideias, projetos, ações e ou estratégias para tornar o concelho mais próspero e atrativo?

Por último, a terceira questão visou entender a forma como os atores consideram que os problemas anotados podem ser resolvidos ou como os aspetos mais negativos podem ser ultrapassados.

VII.2.2.1. INFORMAÇÃO RECOLHIDA NO FÓRUM DE 22/10/2022

A informação retirada do **Fórum** foi tratada em gabinete com o objetivo de se criarem grupos de respostas com âmbito ou alcance comum, traduzindo-se em domínios dominantes. Posteriormente procedeu-se à respetiva hierarquização das mesmas de acordo com o

número de respostas e/ou votos atribuídos pelos atores¹. No final do processo de auscultação pública obtiveram-se **246 respostas** e um total de **267 votos** agrupados em **seis, sete ou oito domínios**, segundo a especificidade de cada um, e que serão abordados, seguidamente, de forma a explicar o alcance de cada um e respetiva importância na definição da estratégia para o desenvolvimento sustentável de Sousel (*vd.* Quadro VII.2.2, Quadro VII.2.3 e Quadro III.2.4).

Quadro VII.2.2. O que mais gosta no concelho. Domínios e respostas mais votadas

Domínios	Respostas mais votadas	Total de votos	%
Ambiente, paisagem e qualidade de vida	<ul style="list-style-type: none"> Serra de São Miguel Ruralidade - meio rural – campo Tranquilidade, segurança Serra, olival antigo 	62	35,2
Recursos locais para o desenvolvimento	<ul style="list-style-type: none"> Atividades primárias (vinha, olival, apicultura, pecuária) Gastronomia (enchidos, queijos, vinho, azeite...) Património cinegético/natureza 	45	25,6
Património histórico, espaço urbano e cultura	<ul style="list-style-type: none"> Património religioso, cultural, imaterial Adega do Mouchão Moagem / Palacete do Basto Ribeiro Fontes e fontanários 	43	24,4
Equipamentos, infraestruturas e serviços	<ul style="list-style-type: none"> Praça de touros A generalidade dos equipamentos coletivos Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) do concelho 	26	14,8
Total		176	100,0

Quadro VII.2.3. O que menos gosta no concelho. Domínios e respostas mais votadas

Domínios	Respostas mais votadas	Total de votos	%
Ambiente, qualidade de vida e serviços	<ul style="list-style-type: none"> Falta de médicos e profissionais da saúde Cheiros e qualidade do ar (matadouro, fornos,...) Políticas desajustadas na gestão da água, redes hídricas e rega Falta de estratégia no plano da arquitetura paisagista e da gestão dos espaços verdes Falta de transportes públicos 	51	25,9
Património construído e cultura	<ul style="list-style-type: none"> Casas devolutas e degradadas Falta de iniciativas culturais (cinema, teatro, música) Abandono da Pousada de São Miguel Desinvestimento no desporto 	51	25,9
Espaço urbano, infraestruturas e acessibilidades	<ul style="list-style-type: none"> A entrada nascente da vila de Sousel (N372) Fecho, por parte dos proprietários, dos caminhos rurais Falta de desinfestação dos passeios Acessos e caminhos degradados 	39	19,8

¹ No fórum e participação dirigido à população em geral, os atores participantes, reunidos em grupos de trabalho, foram convidados a votar no total das respostas de cada grupo, o que permitiu hierarquizar as preferências.

Economia e desenvolvimento local	<ul style="list-style-type: none"> Falta de investimento nas atividades industrial e comercial Falta de espaços para atividades empresariais nas freguesias Falta de estratégia de atração turística Os sistemas agrários/fundiários dificultam o desenvolvimento 	34	17,3
Sociedade, cidadania e promoção	<ul style="list-style-type: none"> Exacerbado bairrismo (bairros e freguesias) Falta de mão-de-obra Inércia social Falta de estratégia de promoção do concelho 	22	11,2
Total		197	100,0

Quadro VII.2.4. **Projetos e ideias para o futuro do concelho.** Domínios e respostas mais votadas

Domínios	Respostas mais votadas	Total de votos	%
Estratégia, economia e desenvolvimento local	<ul style="list-style-type: none"> Criação de parques empresariais nas freguesias Criação de Festival do Azeite e promoção do “olivo-turismo” Apoio ao empreendedorismo para a criação de novos produtos e negócios Dinamização do turismo com base no património cultural e natural Criação de Áreas de Serviço de Autocaravanas (campos de feiras) 	87	55,8
Ambiente, qualificação do espaço e património	<ul style="list-style-type: none"> Transformar Sousel num município ecológico e sustentável Criar programa de apoio à recuperação do edificado Recuperação da feira de São Miguel Criar projetos para a requalificação do património histórico e casas senhoriais 	35	22,4
Governança, promoção e serviços	<ul style="list-style-type: none"> Criação de uma unidade de cuidados continuados Melhorar o acesso à saúde, implementar medidas municipais com vista à fixação de profissionais de saúde Criação de centro hípico para lazer e terapias - treino de cavalos Recuperação das casas do povo de Cano e Casa Branca 	34	21,8
Acessibilidade, mobilidade e transportes	<ul style="list-style-type: none"> Recuperação da rodovia (eixo) Estremoz / Sousel / Abrantes Criar percursos pedestres e ciclovias Criar sinalética para os monumentos Requalificar caminhos municipais e estradas municipais Cano-Ervedal e Cano-Avis-Casa Branca-Quinta do Pinheiro 	29	18,6
Total		156	100,0

SOBRE O QUE MAIS GOSTA NO CONCELHO? - RESUMO

Na análise das respostas obtidas na primeira questão foi possível identificar **quatro domínios de resposta**, tendo os auscultados destacado e valorizado de forma mais notória (35,2% de um total de **176 votos**) o domínio “ambiente, paisagem e qualidade de vida” (vd. Figura VII.2.1). Neste contexto, mereceram especial destaque:

- 1) A Serra de São Miguel.

- 2) A ruralidade – meio rural – campo.
- 3) A tranquilidade e a segurança.
- 4) O campo e o olival antigo.

Em segundo lugar, o universo auscultado destacou o domínio “**recursos locais para o desenvolvimento**”, que concentrou **25,6%** do total de votos. Foram principalmente destacados aspetos como:

- 1) As atividades primárias como a viticultura, olivicultura, apicultura e pecuária.
- 2) A gastronomia local, com um destaque direto para os produtos decorrentes das atividades mencionadas, como o vinho, o azeite, os enchidos, o queijo e o mel.
- 3) O património cinegético e a natureza.

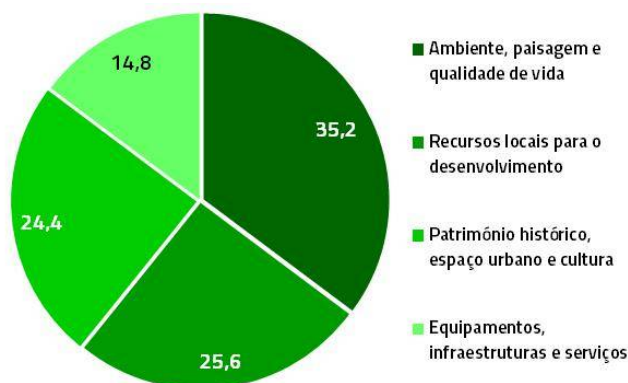
Na terceira posição, com **24,4%** dos votos, destacou-se o domínio “**património histórico-construído, espaço urbano e cultura**”. Tiveram especial destaque aspetos como:

- 1) O património religioso, cultural e imaterial.
- 2) A Adega do Mouchão.
- 3) A Moagem / Palacete de Basto Ribeiro.
- 4) As fontes e fontanários.

O quarto domínio mais referido, com **14,8%** dos votos foi o domínio “**equipamentos, infraestruturas e serviços**”, do qual se destacaram:

- 1) A Praça de Touros.
- 2) A generalidade dos equipamentos coletivos.
- 3) As Instituições Particulares de Solidariedade Social do concelho.

Figura VII.2.1. O que mais gosta no concelho. Domínios de resposta e respetiva preferência (%)



DO QUE MENOS GOSTA NO CONCELHO? - RESUMO

Quanto à referenciação aos aspetos menos positivos vividos e percecionados no concelho de Sousel, o universo dos auscultados referiu dois domínios *ex aequo*, com o mesmo peso (ambos com 25,9% dos 197 votos), nomeadamente: “património construído e cultura” e “ambiente, qualidade de vida e serviços” (Figura VII.2.2). Numa primeira análise, poder-se-ia detetar alguma contradição no facto de um destes domínios – o “ambiente, qualidade de vida e serviços” – ter uma designação muito similar ao domínio mais votado na questão anterior (“o que mais gosta no concelho?”): “ambiente, paisagem e qualidade de vida”. Não é, de todo, uma contradição sendo, pelo contrário, a evidência de que um domínio da vida e do quotidiano da população de Sousel é em simultâneo o conjunto dos aspetos mais valorizado e aquele que suscita, dadas as referências reportadas, um significativo conjunto de preocupações.

No domínio “ambiente, qualidade de vida e serviços” foram principalmente destacados aspetos como:

- 1) A falta de médicos e de profissionais da saúde (enfermeiros, técnicos superiores, operacionais, ...).

- 2) As questões dos cheiros e qualidade do ar (associados às atividades do matadouro e dos fornos).
- 3) As políticas desajustadas em matérias como a gestão da água, redes hídricas e rega.
- 4) A falta de estratégias no plano da arquitetura paisagista e da gestão dos espaços verdes.
- 5) A falta de transportes públicos.

No domínio “**património construído e cultura**” foram principalmente destacados os aspetos:

- 1) As casas devolutas e degradadas.
- 2) A falta de iniciativas culturais (cinema, teatro, música).
- 3) O abandono da Pousada de São Miguel.
- 4) O desinvestimento no desporto.

Em segundo lugar, o universo auscultado destacou o domínio “**espaço urbano, infraestruturas e acessibilidades**”, que concentrou **19,8%** do total de votos. Foram principalmente destacados aspetos como:

- 1) A entrada nascente da vila de Sousel (N372).
- 2) O fecho, por parte dos proprietários, dos caminhos rurais.
- 3) A falta de desinfestação dos passeios.
- 4) Acessos e caminhos degradados.

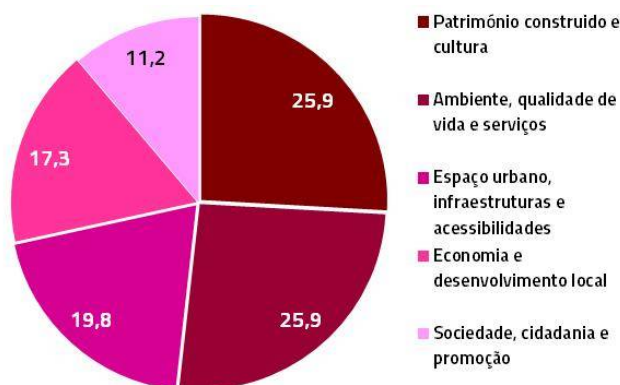
O terceiro domínio mais votado (**17,3% dos votos**), “**economia e desenvolvimento local**”, relevou questões como:

- 1) A falta de investimento nas atividades industrial e comercial.
- 2) A falta de espaços para atividades empresariais nas freguesias.
- 3) A falta de estratégia de atração turística.
- 4) Os sistemas agrários/fundiários dificultam o desenvolvimento.

O quarto domínio mais votado (11,2% dos votos), “sociedade, cidadania e promoção”, relevou questões como:

- 1) Um exacerbado bairrismo (bairros e freguesias).
- 2) A falta de mão-de-obra.
- 3) A inércia social.
- 4) A falta de estratégia de promoção do concelho.

Figura VII.2.2. O que menos gosta no concelho. Domínios de resposta e respetiva preferência (%)



PROJETOS E IDEIAS PARA TORNAR O CONCELHO MAIS PRÓSPERO E ATRATIVO? - RESUMO

Apresentados os domínios valorizadores do concelho e os que suscitam maiores preocupações para o universo dos auscultados, apresentam-se de seguida as ideias, projetos e ações referenciadas pelo mesmo universo no sentido de contribuir para as linhas de rumo do desenvolvimento do concelho. Foram identificados quatro grandes domínios, sendo que o primeiro, que reuniu **47,0% dos 185 votos** se direciona para as temáticas “**estratégia, economia e desenvolvimento local**” (Figura VII.2.3). Neste domínio, as principais questões foram:

- 1) A criação de parques empresariais nas freguesias.
- 2) A criação de Festival do Azeite e promoção do “olivo-turismo”.

- 3) O apoio ao empreendedorismo para a criação de novos produtos e negócios.
- 4) A dinamização do turismo com base no património cultural e natural.
- 5) A criação de Áreas de Serviço de Autocaravanas (em campos de feiras).

O segundo domínio mais votado, com 18,9% dos votos, foi o domínio **"ambiente, qualificação do espaço e património"**, com destaque para as questões:

- 1) Transformar Sousel num município ecológico e sustentável.
- 2) Criar programa de apoio à recuperação do edificado.
- 3) Recuperação da feira de São Miguel.
- 4) Criar projetos para a requalificação do património histórico e casas senhoriais.

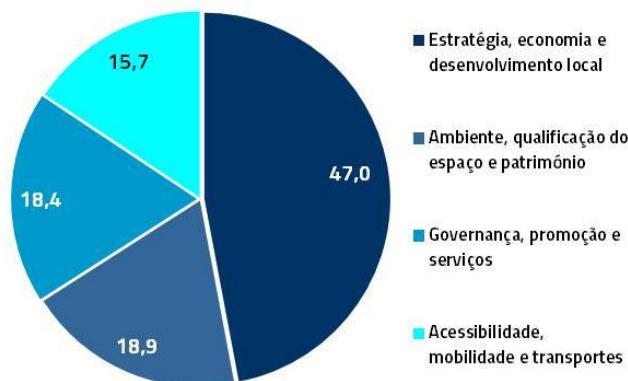
O terceiro domínio mais votado, com 18,4% dos votos, foi o domínio **"governança, promoção e serviços"**, com destaque para as questões.

- 1) Criação de uma unidade de cuidados continuados.
- 2) Melhorar o acesso à saúde, implementar medidas municipais com vista à fixação de profissionais de saúde.
- 3) Criação de centro hípico para lazer e terapias - treino de cavalos.
- 4) Recuperação das casas do povo de Cano e Casa Branca.

Por último, o quarto domínio mais votado, com 15,7% dos votos, foi o domínio **"acessibilidade, mobilidade e transportes"**, com destaque para as questões:

- 1) Recuperação da rodovia (eixo) Estremoz / Sousel / Abrantes.
- 2) Criar percursos pedestres e ciclovias.
- 3) Criar sinalética para os monumentos.
- 4) Requalificar o caminho municipal e estrada municipal Cano-Ervedal e Cano-Avis-Casa Branca-Quinta do Pinheiro.

Figura VII.2.3. Projetos e ideias para o futuro do concelho Domínios de resposta e respetiva preferência (%)



VII.2.2.2. INFORMAÇÃO RECOLHIDA NAS ENTREVISTAS COM OS SRS.

PRESIDENTES DAS JUNTAS DE FREGUESIA

Das entrevistas efetuadas aos Senhores Presidentes das quatro Juntas de freguesias do concelho de Sousel, realizadas nos dias 22 e 23 de novembro de 2021, extraíram-se como principais sínteses.

Junta de Freguesia de Casa Branca
Aspetos positivos
Aproveitamento das 7 casas propriedade do município (as restantes são privadas), dos anos 60 do século XX para trabalhadores agrícolas, para valorização e promoção e como ponto de atração e para a divulgação da história e do desenvolvimento da freguesia
A helicicultura existente na freguesia contribui significativamente para a diversificação da base económica local (e concelhia).
O Lar de Idosos e a Herdade do Mouchão são os maiores empregadores da freguesia e contribuem significativamente para a base e diversidade económica local (e concelhia)
Os 3 espaços verdes da vila satisfazem as necessidades da população.
Mecanização do trabalho no olival
Não há desemprego na freguesia. As empresas recrutam trabalhadores fora, incluindo emigrantes
As estradas estão, no geral, em bom estado de conservação. Em determinados troços existem problemas relacionados com a (pouca) largura das vias
Achamento de ossadas/ânforas, o cemitério antigo mais vasto e situava-se na envolvente da igreja
Comemoração do Dia da Freguesia a 15 de agosto, dia da Senhora da Graça
Aspetos negativos

O olival está em expansão. Não existe muito olival em regime superintensivo, mas há em regime intensivo. Há olival intensivo na envolvente das casas, será necessário implementar medidas de proteção das áreas urbanas
Natalidade baixa e perda da população
As estradas e caminhos estão abrangidos pelas herdades. A passagem carece de autorização e abertura da via por parte dos proprietários. As herdades fecham os acessos públicos para não terem de vedar áreas de grandes dimensões (fuga do gado)
A procura de casas é grande, não há casas para arrendar ainda que exista um elevado número de casas fechadas, sem habitantes. As pessoas preferem vender as casas a arrendar, o que mantém o preço das casas elevado e afasta população das aldeias
As vacarias são responsáveis pelo elevado consumo de água. Contaminação da água resultante da atividade pecuária. Tendência para o aumento dos problemas resultantes desta atividade
O alargado período de seca está a comprometer as atividades
O olival depende da Barragem do Maranhão. Caso a barragem fique sem água durante um a dois anos, as oliveiras correm o risco de secar porque as oliveiras de regime intensivo e superintensivo têm apenas raízes superficiais e não conseguem buscar água em profundidade. Por este motivo também são arrancadas quando há ventos fortes.
A água é muito "dura". A rede tem de ser mudada frequentemente (10/15 anos) por causa do calcário. O mesmo problema surge nas casas com torneiras, esquentadores...
O dia da Freguesia não está determinado. A junta de freguesia sucedeu à junta da paróquia. A fundação da junta de paróquia pode ser verificada na Sé de Évora. O dia da formação da junta da paróquia poderá ser assim o dia da Freguesia de Casa Branca
Projetos
As duas igrejas em Casa Branca, o Poço Largo, a fonte principal de abastecimento à aldeia, a ponte antiga (a necessitar valorização), o chalé antigo (para renovar) em frente à igreja e a torre de Camões (entre a freguesia de Cano e casa Branca) podem ser integrados em percursos turísticos
O chalé foi doado à Junta de Freguesia. Projeto para ser transformado em casa-museu e biblioteca
Futura expansão do Cemitério, em terreno a adquirir. Na atualidade não existe a necessidade
Projeto "Parque dos Poetas", na envolvente do campo de futebol. Tem já plano, com oliveiras e equipamentos infantis e geriátricos

Junta de Freguesia de Cano
Aspetos positivos
Templo do Azeite e Cooperativa do Azeite; criação de produtos regionais
Rancho folclórico da aldeia do Cano é conhecido a nível internacional
Associação cultural e desportiva muito ativa, associação de caçadores que já teve mais sucesso
Lar de Idosos é o maior empregador, pertence à comissão de melhoramentos de Sousel
Santa Casa da Misericórdia com creche para crianças
Oferta gastronómica (3 restaurantes em Cano)
Na associação desportiva existe sala de convívio
Existência de caixas Multibanco
Recolha de RSU/Ecopontos suficiente
Centro CACI – integração de pessoas deficientes que antes iam para Portalegre
Canil do concelho "Ecoanimal" com muito boas condições e CM quer acrescentar área
Bombas de combustíveis suficientes (são duas)
Existência de alojamento local
Existência de palacetes com potencial de valorização e atração de população
Riqueza em património arqueológico/histórico (contactar Dr. Richau)
O Cano foi concelho com duas freguesias: Cano e Casa Branca
A Festa da Aldeia, no 3.º fim-de-semana de agosto, tem lugar na Igreja Matriz

A limpeza de ruas não recorre a herbicidas, evitando a contaminação de águas subterrâneas.
Aspetos negativos
A Extensão do Centro de Saúde não dá resposta. Não há médicos de família
Edifício da Junta de Freguesia com necessidade de requalificação
Necessidade de requalificação urbana: muitas casas desabitadas e degradadas
Empresas de telecomunicação "inundam" as ruas de cabos elétricos, muitos dos quais não são usados
Falta de wifi livre pelo menos no centro das freguesias
Grande desperdício de água na gestão de espaços verdes. Possibilidade de uso de água de ETAR
Os jovens, com formação, saem do concelho
Perda de população
A expansão do olival danifica as estradas: a estrada Casa Branca-Avis é das mais prejudicadas
Falta de mão-de-obra local, leva à procura de mão-de-obra estrangeira
O corte manual de verdes na limpeza das ruas implica elevados custos
Projetos
A Junta de Freguesia tem livros do escritor Dr. António Garção (oferecidos pelo próprio). Necessidade de os disponibilizar à população em espaços com dignidade
Património edificado da junta de freguesia para formar o "Cano Social": espaço para solidariedade / educação / biblioteca
Manter solo urbano (as áreas do PDM atual); criar áreas para construção de vivendas novas
Elaborar plano de circulação de veículos motorizados. As ruas da aldeia são estreitas e têm 2 sentidos
Acessibilidade para todos na vila do Cano
Considerar a criação de <i>buffers</i> de proteção na envolvente das áreas urbanas
Requalificação do Rossio, de parte da envolvente do campo da bola (futura zona verde)
Percursos pedonais e parques infantis
Requalificação da torre do Álamo, na fronteira das freguesias de Casa Branca e Cano
Plano de sinalização do tráfego e das vias na vila
Expansão, novas habitações, na área Nossa Sra. da Graça / Avenidas Novas
Exploração da Herdade do Lameirão e da Herdade da Comenda (com capela) para fins turísticos

Junta de Freguesia de Santo Amaro
Aspetos positivos
Não há problemas com a rede de saneamento
Expansão e melhoria das condições do edifício da Junta de Freguesia de Santo Amaro
Festas da aldeia (4)
Não existe pecuária intensiva e como tal as condições ambientais são boas
Existência de escola, extensão do Centro de saúde e posto de medicamentos
Loteamento de S. Amaro todo preenchido (lotes todos vendidos)
Lagar de Santo Amaro, na altura em que foi construído era o maior da Península Ibérica
Boa qualidade das terras para agricultura
Aspetos negativos
Pluviais não são suficientes para o escoamento em alturas de elevada precipitação
Rede de abastecimento de água com roturas, elevadas perdas e prejuízos. Carece de renovação
Saída dos jovens da aldeia
Armazém de materiais de construção situado no centro da aldeia. Equacionar a sua relocalização
O Polidesportivo encontra-se, parte em terrenos da junta e outra parte em terrenos privados, sendo o polidesportivo da CM de Sousel
Campo de futebol desativado

Falta de habitação social
Não há transportes públicos que sirvam a freguesia
Falta de creche
Problemas com o Lar de Idosos: sobredimensionamento e acessos
Não existe mercado de arrendamento. As pessoas optam por comprar a casa ou construir novas e assim grande parte das casas existentes permanecem vazias
Falta a fibra ótica, essencial para atrair “trabalhadores <i>online</i> ” que surgiram com a pandemia
A água para rega provém de furos. Importava captar água das barragens
Projetos
Criação do “Museu do Mundo Rural” na escola antiga. Disseminação dos conteúdos do museu pela aldeia, implicando assim a visitação de toda a aldeia
Sociedade da Alegria: renovar o edifício e classificá-lo
Criação de regras de preservação do montado alentejano para além da legislação que protege os sobreiros e as azinheiras, evitando assim a sua degradação
Criação de infraestruturas básicas na estrada que dá acesso ao cemitério
Campo de futebol desativado; necessidade de iniciar novas atividades para dinamizar a área
Melhoria da acessibilidade a Estremoz e Portalegre, podendo assim Santo Amaro atrair residentes
Cativar população de Estremoz, dado que o mercado imobiliário de Estremoz está muito inflacionado
Criação de parque de campismo com piscinas e outros atrativos, que necessitaria de ser integrado e articulado com percursos regionais e transfronteiriços
Necessidade de plano de circulação e melhoria das estradas da aldeia
Criação de buffers que protejam a aldeia da expansão de agricultura intensiva
No setor nascente da aldeia existem edifícios separados da aldeia (Monte das Cruzes). Alargar o perímetro urbana a este espaço intersticial
Criação de espaço de acolhimento para a instalação de pequenas empresas
Necessidade de requalificar a estrada Santo Amaro / Fronteira (é estreita e está em más condições)

Junta de Freguesia de Sousel
Aspetos positivos
O olival tradicional é dominante
A gastronomia é boa
Forte atividade agrícola, matadouro, zona industrial
Não existem problemas com abastecimento e saneamento
Feriado municipal, segunda-feira de Páscoa, tourada, na serra de São Miguel
Existência de um Lar de idosos e residência sénior
Integração dos conceitos do <i>design for all</i> nos passeios alterados recentemente
Telecomunicações boas, com fibra ótica em parte da vila de Sousel
Aspetos negativos
O olival intensivo está em expansão, necessidade de criar buffers de proteção para as áreas urbanas
Vedação de vários caminhos públicos pelos proprietários das herdades
Fornos de carvão na proximidade da vila, com contaminação do ar
Falta de unidades de alojamento e restaurantes
Pousada de São Miguel encerrada. Pode ser um grande foco de turismo da freguesia e do concelho
Falta de uma unidade de cuidados continuados
População envelhecida
Inundações pluviais na rua do museu dos Cristos e na rua Sá Carneiro
Falta de transportes públicos

Projetos
A junta de freguesia detém uma coleção privada com vários objetos que poderá ser valorizada
Reabilitação do património imobiliário que se encontra em mau estado de conservação
Melhoria das estradas rurais
Melhorar a oferta de parques de lazer, parques verdes e de merendas
Apostar na transição da prática agrícola tradicional ou intensiva para a produção biológica certificada
Reabilitação da estação ferroviária
Transformação da linha ferroviária numa via de circulação pedonal ou de modos suaves
Redução da velocidade de veículos motorizados na vila, principalmente nas ruas que envolvem a CM que são de circulação mista de veículos e peões
Identificação da serra de São Miguel como área turística, apreciada pela população do concelho

Município de Sousel
Aspetos positivos
A Serra de São Miguel é vista como área de grande relevância para a qualidade de vida da população
Importância da pecuária e do borrego a crescer, com vista de se tornarem na “Capital do Borrego”. As técnicas de abate são adaptadas à exportação para países muçulmanos
Encontra-se em aprovação a estratégia Local de Habitação
Exploração da cal, vários fornos espalhados pela serra, sendo possível construir um percurso
A Praça de Touros é mais antiga do país, usada apenas uma vez por ano no feriado municipal
Os passeios recentemente reabilitados consideram os aspetos do <i>design for all</i> , procurando atrair turismo para invisuais
Aspetos negativos
Hotel abandonado na serra de São Miguel com necessidade de recuperação e exploração
Redução de coelhos devido a uma doença e a passagem da caça para as associações levou à redução da importância da caça em Sousel, que em tempos era um grande ponto de atração
Imóveis degradados: é um problema de todo o concelho
A vasta área do concelho em REN (existência do aquífero) limita fortemente o desenvolvimento
A freguesia de Casa Branca tem propriedades de grandes dimensões. Pelo contrário, o território da freguesia de Cano está fortemente fragmentado, embora o número de proprietários seja reduzido
Existência de pedreiras abandonadas por reabilitar na serra de São Miguel
Diminuição da qualidade do ar provocada pelos fornos de carvão
Loteamento por concretizar na envolvente da igreja. Os lotes são demasiado pequenos; subsiste a necessidade de revisão desta área
Projetos
Necessidade de limitar a expansão do olival intensivo
Reabilitação de pedreiras abandonadas
Classificação da Serra de São Miguel como área protegida / paisagem a proteger, de forma a poder gerir as intervenções
Classificação de monumento da Praça de Touros e devida valorização
Antiga via ferroviária sem carris, com projeto de criação de Ecopista (aproximadamente 18 km)
Grande procura de áreas para instalação de fotovoltaicas
Alteração do loteamento na envolvente da igreja da nossa Sra. da Ourada
Reabilitação da estação ferroviária

VII.3. A SITUAÇÃO EXISTENTE E O QUADRO DE FUNDO PARA A CONCRETIZAÇÃO DA ESTRATÉGIA PARA O DESENVOLVIMENTO

VII.3.1. UM DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO EXISTENTE

O processo de planeamento advém de um metucioso processo de conhecimento do território e dos múltiplos fenómenos físicos, socioeconómicos, culturais, políticos, ambientais que aí se interrelacionam e que conferem dinâmica e identidade própria ao espaço. Como tal, torna-se inevitável, em sede do exercício de planeamento com vista à definição de uma política e de um modelo para o ordenamento e desenvolvimento, o (re)conhecimento e apreensão desses mesmos fenómenos, da forma como se estruturam e das interdependências que apresentam. Em bom rigor, não é possível planear o que se desconhece.

Ultrapassada a fase de conhecimento da realidade do concelho, estão reunidas as condições para uma reflexão sintetizada e sistematizadora das características deste território. Esta ponderação permitirá compreender quais as tendências pesadas do desenvolvimento do concelho e definir o pano de fundo de uma política de ação estratégica para o desenvolvimento do concelho de Sousel.

Metodologicamente, traduz-se num exercício que decorrerá por via de uma **análise SWOT**¹ (vd. Quadro VIII.3. 1), *i.e.*, uma análise do “ambiente” interno e externo do concelho com enfoque sobre as linhas de força, fraquezas, oportunidades e ameaças que o concelho de Sousel

¹ Matriz de diagnóstico. Do inglês *Strengths, Weaknesses, Opportunities, Threats*

encerra. A abordagem SWOT pretende essencialmente ser objetiva e específica, sistematizando os principais aspetos que dão corpo aos respetivos ambientes.

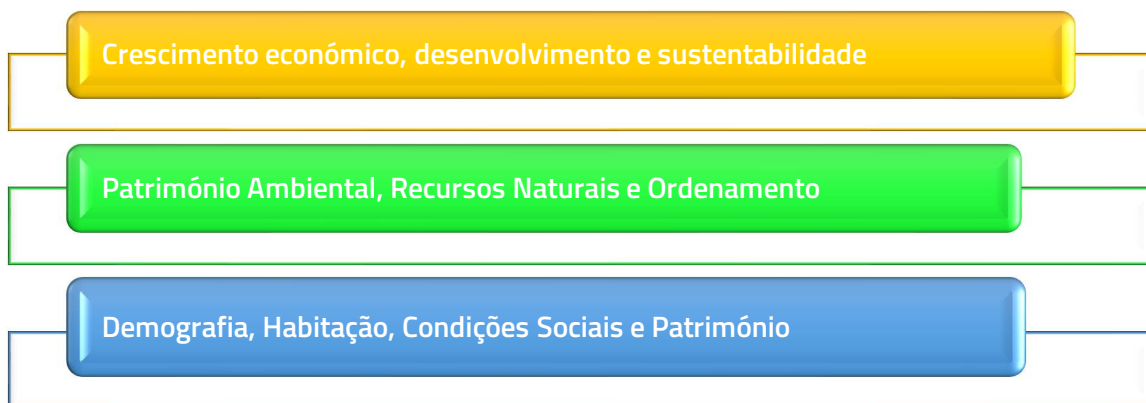
Assim sendo, nas **linhas de força** procurou-se realçar o que de melhor o concelho tem para oferecer, *i.e.*, os recursos intrínsecos do território que na definição de uma estratégia e política de desenvolvimento devem ser devidamente consideradas e fortalecidas¹ As **oportunidades**, por sua vez, constituem “alavancas” para a projeção do território, minimizando ou eliminando simultaneamente as fraquezas existentes.

Nos **pontos fracos** foram identificadas as fragilidades que carecem de atenção redobrada de modo a minimizá-las e/ou, preferencialmente, superá-las. Tais debilidades constituem o objeto de intervenção para que a estratégia, ancorada nos pontos fortes e prospetivada nas oportunidades, as possa suplantar.

De acordo com a Figura VII.3.1, para o concelho de Sousel são estabelecidos **três domínios** de análise SWOT, desenvolvidos no Quadro VII.3.1, sobre os quais se debruçará o capítulo seguinte.

¹ Apesar dos diversos fatores serem tratados individualmente, para uma melhor focalização em cada um, o seu entendimento deverá ser feito com base num exercício sistémico associado, portanto, a outros em simultâneo ou cumulativamente.

Figura VII.3.1. Os domínios SWOT para o concelho de Sousel



Quadro VII.3.1. Matriz SWOT

CRESCIMENTO ECONÓMICO, DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE	Linhas de força	Fragilidades
	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Enquadramento geográfico ▪ Percentagem elevada de superfície agrícola no contexto do território municipal ▪ O campo e a dominância do olival antigo / tradicional ▪ O carácter distintivo do olival tradicional / não intensivo ▪ As atividades primárias como a viticultura, olivicultura, helicultura, apicultura e pecuária ▪ Inexistência de pecuária intensiva e, assim, dos problemas inerentes ▪ Importância da pecuária e do borrego a crescer, com vista ao reconhecimento da “Capital do Borrego”. As técnicas de abate são adaptadas à exportação para países muçulmanos ▪ “Marcas” relevantes: Adega do Mouchão; Cooperativas e Lagares de Azeite ▪ A importância do Matadouro e da unidade Pasto Alentejano (escalas supra-regional e nacional) ▪ Relativa ubiquidade das atividades nas quatro freguesias ▪ Importância e o potencial da Zona Industrial de Sousel ▪ A qualidade da gastronomia local, de produções endógenas ▪ Implantação do Alojamento Local ▪ Pouca expressão do desemprego 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Declínio da caça ▪ Falta de investimento nas atividades industrial e comercial ▪ Existência de pedreiras abandonadas por reabilitar na serra de São Miguel ▪ Falta de espaços para atividades empresariais nas freguesias ▪ Falta de unidades de alojamento e restaurantes ▪ Falta de <i>wifi</i> livre e de fibra ótica em parte considerável do território ▪ Abandono da Pousada de São Miguel ▪ Reduzida oferta turística ▪ Fraca procura turística
	Oportunidades	Ameaças
	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Criação de regras de preservação do montado alentejano para além da legislação atual ▪ Reativação / recuperação de pedreiras ▪ Alargamento de perímetros urbanos para espaços de atividades económicas ▪ Reforçar as complementaridades entre setores de atividade ▪ Incrementar a criação de fileiras produtivas ▪ Programa de incentivo à relocalização de atividades nos espaços empresariais ▪ Potencial de produções agrícolas de nicho ▪ Criação de parques empresariais nas freguesias e apoio ao empreendedorismo ▪ Potencial de acolhimento da Zona Industrial de Sousel (3.ª fase) ▪ Criação de Festival do Azeite e promoção do “olivo-turismo” ▪ Criação de centro hípico para lazer e terapias - treino de cavalos ▪ Criação de parque de campismo com piscinas e outros atrativos ▪ Grande procura de áreas para instalação de fotovoltaicas, criar recetividade 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Os sistemas agrários/fundiários dificultam o desenvolvimento ▪ Dependência do olival da Barragem do Maranhão ▪ Falta de mão-de-obra; os jovens com formação saem do concelho ▪ Falta de estratégia de promoção do concelho ▪ A vasta área do concelho em REN (aquífero) limita fortemente o desenvolvimento ▪ Difícil reversibilidade dos lotes atribuídos na Zona Industrial de Sousel (1.ª fase) não concretizados ▪ Cristalização da dinâmica turística ▪ Falta de estratégia de atração turística ▪ ▪ ▪

	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Potencial de exploração das eólicas ▪ Aumentar o grau de cobertura do território concelhio pela banda larga ▪ Diversificar a oferta turística, apostar em segmentos inexistentes (p.e., campismo e autocaravanismo) ▪ Atual e potencial atração de emprego de fora do concelho ▪ Recuperação da rodovia (eixo) Estremoz / Sousel / Abrantes, melhoria da acessibilidade a Portalegre e a Fronteira ▪ 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ ▪
PATRIMÓNIO AMBIENTAL, RECURSOS NATURAIS E ORDENAMENTO	Linhas de força	Fragilidades
	<ul style="list-style-type: none"> ▪ A Serra de São Miguel ▪ A natureza, a ruralidade e o património cinegético ▪ As características biofísicas e morfológicas, marcadas pelo binómio serra / planície ▪ A vastidão da superfície agrícola ▪ Intenção / Programa de valorização da Serra de São Miguel ▪ Equilíbrio da rede urbana ▪ A qualidade da rede de estradas e caminhos ▪ Boas acessibilidades ▪ 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ O olival intensivo e semi-intensivo no setor poente do concelho ▪ As águas com levados níveis de minerais (“água dura”) ▪ Desajuste na gestão da água, redes hídricas, rega e espaços verdes ▪ Rede de pluviais insuficiente ▪ Cheiros e qualidade do ar (matadouro, fornos, lagares...) ▪ Sem estratégia na arquitetura paisagista e gestão dos espaços verdes ▪ Fecho, por parte dos proprietários, dos caminhos rurais ▪ Elevados consumos de água na pecuária; contaminação da água ▪ Degradação dos acessos e da qualidade de vida nas áreas urbanas face ao olival em expansão
	Oportunidades	Ameaças
	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Potencial de crescimento de novas produções ▪ Potencial das atividades extrativas ▪ Requalificação de um vasto património histórico e cultural em Sousel e nas freguesias, para fins de equipamentos coletivos e turismo ▪ Elaborar plano de circulação e mobilidade nos aglomerados ▪ Classificação de monumento da Praça de Touros e devida valorização ▪ Ecopista na antiga via ferroviária, definição do eixo Estremoz / Sousel /Cabeço de Vide ▪ Reabilitação da estação ferroviária 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ A expansão do olival intensivo e semi-intensivo ▪ Ameaças diretas às atividades dominantes, a base produtiva do concelho ▪ Comprometimento de algum do potencial de crescimento económico e de desenvolvimento do concelho ▪

- Alargamento de perímetros urbanos para espaços residenciais

DEMOGRAFIA, HABITAÇÃO, CONDIÇÕES SOCIAIS E PATRIMÓNIO	Linhas de força	Fragilidades
	<ul style="list-style-type: none"> ▪ O saldo migratório, embora com valores modestos, é ainda assim a razão para o crescimento efetivo não ser mais negativo ▪ Boa integração das comunidades estrangeiras ▪ O contexto do concelho em matéria de ganhos e rendimentos é bastante positivo, consolidado e coeso ▪ Reação globalmente positiva ao aumento do desemprego gerado pela pandemia ▪ Diversidade e qualidade da generalidade dos equipamentos coletivos e das IPSS ▪ A Praça de Touros ▪ O património religioso, arqueológico, cultural, fontes e fontanários, património imaterial. ▪ O património edificado tem potencialidade para a criação de unidades de alojamento ▪ A tranquilidade e a segurança ▪ Bom estado geral das estradas ▪ Integração dos conceitos do <i>design for all</i> nos passeios recentemente alterados ▪ Aprovação para breve da Estratégia Local de Habitação ▪ Criação de uma unidade de cuidados continuados, implementar medidas municipais com vista à fixação de profissionais de saúde ▪ Recuperação da rodovia (eixo) Estremoz / Sousel / Abrantes, melhoria da acessibilidade a Portalegre e a Fronteira ▪ 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Acentuado envelhecimento da população ▪ Baixos valores para a natalidade ▪ Os valores para o saldo migratório aumentaram nos últimos anos da década de 2010/2020, embora a sua sustentação não pareça assegurada ▪ Estagnação e baixos valores do Poder de Compra Concelhio ▪ Parque habitacional devoluto e degradado ▪ Falta de habitação social ▪ Não há mercado de arrendamento ▪ Falta de uma unidade de cuidados continuados ▪ Equipamentos sem uso e desativados, carência de alguns equipamentos ▪ Falta de transportes públicos ▪ Acessos e caminhos degradados ▪ Carência de profissionais da saúde; limitações nas extensões do CS ▪ Desinvestimento no desporto ▪ Falta de iniciativas culturais (cinema, teatro, música) ▪ ▪
	Oportunidades	Ameaças

- Estancar as perdas de população
- Reequilibrar a distribuição da população no concelho
- Importa estruturar, equipar e dinamizar os lugares sede de freguesia
- Ações e medidas orientadas para a retenção de jovens e atração de casais jovens
- A criação de empregos e de oportunidades é fundamental
- Importa continuar a atrair população de fora do concelho
- Para além das ações e das medidas necessárias para aumentar os valores da natalidade, importa reter e atrair população e aproveitar a atratividade do concelho, expressa nos interessantes valores mais recentes para o saldo migratório
- Atendendo ao bom desempenho dos indicadores no plano da instrução e da qualificação, poder-se-á encarar com otimismo a adesão da população e dos agentes económicos a fatores de mudança e a causas mobilizadoras
- Elevar o valor do Poder de Compra Concelhio para patamares mais elevados, aproximação à média do Alto Alentejo
- Manter os níveis e a coesão (fracas disparidades) de ganhos e rendimentos; reforçar as complementaridades entre setores de atividade
- Implementar, desenvolver e monitorizar medidas ativas de empregabilidade de grupos mais desfavorecidos
- Exponenciar os bons resultados e o potencial da Economia Social
- Cativar população de Estremoz, onde o mercado imobiliário está muito inflacionado
- Programas de captação de comunidades estrangeiras
- Criar programa de apoio à recuperação do edificado
- Recuperação da feira de São Miguel
- Criação de uma unidade de cuidados continuados, implementar medidas municipais com vista à fixação de profissionais de saúde
-
- Relativo empobrecimento e quebra do Poder de Compra Concelhio
- Subsiste uma maior expressão do desemprego na população feminina, nos indivíduos dos grupos etários mais avançados, e com um cariz vincadamente sazonal
-

VII.3.1.1. SOBRE AS LINHAS DE FORÇA, FRAGILIDADES, OPORTUNIDADES E AMEAÇAS

Uma vez apresentada a matriz *SWOT*, impõe-se uma breve leitura e análise da mesma por cada domínio SWOT definido.

CRESCIMENTO, DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E SUSTENTABILIDADE

As **linhas de força** identificadas têm, como pano de fundo, um posicionamento territorial favorável que, no entanto, carece de ser exponenciado. O território de Sousel está localizado num contexto geográfico entre importantes eixos de comunicação / viários – uns mais tradicionais (IP2) e eixo A6/EN4; outros mais recentemente valorizados (EN2) –, posicionamento do qual o concelho não tirou ainda partido. O quadro físico e natural, o equilíbrio ambiental, a generosidade dos solos, a harmonia da paisagem e o enraizamento das atividades primárias (sobretudo agrícolas), o prestígio das marcas do concelho e a articulação agroindustrial são particularmente relevantes. São ainda de assinalar aspetos determinantes como uma equilibrada distribuição das atividades pelo território e a pouca expressão do desemprego.

As linhas de força coexistem com as **fragilidades** e as **ameaças** que poderão caucionar o desenvolvimento dos vetores acima referidos. O declínio da caça, outrora motor de riqueza e de visitação do concelho, e assim a perda de diversidade e de complementaridade do tecido produtivo, deverá ser revertido. O abandono de pedreiras, a referenciada falta de investimento nas atividades industriais e comerciais, a escassez de espaço infraestruturado para o acolhimento empresarial e a escassez de oferta em matéria de alojamento e restauração são debilidades que, não supridas, poderão comprometer as linhas de força

enunciadas. A deficiente cobertura do concelho pela fibra ótica e as dificuldades no acesso à rede são também fatores inibidores.

As **ameaças**, fatores passíveis de agravar as debilidades detetadas, circunscrevem-se sobretudo a alguns fatores no plano das inércias, da existência de práticas e modelos anacrónicos – reportados sobretudo no plano dos sistemas agrários/fundiários que poderão obstar a implementação de iniciativas –, e a dependências de outros concelhos em matéria do abastecimento de água às atividades primárias (sobretudo). Ainda no plano do suporte físico às atividades, foi destacado o papel condicionador / limitador do regime da Reserva Ecológica Nacional. No plano das infraestruturas, a ameaças passarão pela lacuna (ou escassez) em termos de espaços para o acolhimento das empresas; no plano da força de trabalho, pela escassez de mão-de-obra e, pontual ou sectorialmente, de qualificação da mesma. Como pano de fundo no quadro das atividades económicas, subsistirão lacunas no plano da estratégia de promoção do concelho, eventualmente mais notória na dimensão do turismo.

As **oportunidades** assentam sobretudo na relevância que tem, e pode vir a ter, um conjunto de vetores que passam sobretudo por:

1. A essencial preservação do **montado alentejano** como a base, o cenário e o equilíbrio nos quais se desenvolvem as atividades que suportam os tecidos económicos e sociais do concelho, igualmente compatíveis com a eventual introdução, mediante avaliação, de outros conjuntos de atividades.
2. As grandes produções no concelho – **gado, azeite e cortiça** –, juntamente com outras de menor escala, mas de crucial valor, fundamentalmente os **vinhos**, são fundamentais e deverão continuar a ter o destaque de que atualmente detêm e persistir nos aspetos da inovação. É igualmente fundamental atender aos aspetos da sustentabilidade destas produções, monitorizar o carácter da intensividade de algumas delas e, neste âmbito, acolher a introdução de produções de “nichos”.

3. Potenciar e implementar a marca "**Sousel, capital do borrego**" enquanto projeto integrado de natureza cultural, económica e turística, assumindo-se como bandeira e alavanca para o desenvolvimento e projeção do concelho à escala regional, nacional e internacional.
4. A "reinvenção" das **atividades extrativas** no concelho deverá ser equacionada.
5. A criação de mais **fileiras produtivas** no concelho deverá ser estimulada pela via da articulação de vários requisitos como: a complementaridade das atividades; a criação de espaços para o acolhimento de empresas; o alargamento do espaço existente; e a realocação de atividades em espaços próprios.
6. O potencial das **energias eólica e fotovoltaica**, dadas as aptidões do território, poderá desempenhar um importante papel no concelho e contribuir também para a pretendida diversificação e complementaridade das atividades económicas.
7. O suporte a estas atividades deverá ter, em paralelo, aspetos como a **criação de certames e de eventos promocionais** relativos tanto às atividades mais tradicionais como a novos produtos.
8. Para além das atividades produtivas, e no âmbito da complementaridade e da valorização do suporte produtivo local, são fundamentais as **sinergias a jusante com setores dos serviços**, nomeadamente os relacionados com o turismo e a saúde, atividade esta que terá naturalmente que se basear na valorização do quadro natural, económico e social local. São exemplos, entre outros, a criação de um centro hípico, um parque de campismo perspectivado para as realidades do local e do mercado e a exploração do segmento autocaravanismo.
9. Como suporte às atividades económicas, mas também a outros setores e às populações, a **cobertura integral do território pela banda larga** é fundamental.

O domínio *SWOT* “**Património Ambiental, Recursos Naturais e Ordenamento**” evidencia as linhas de força do concelho relacionadas com: todo um capital que a **Serra de São Miguel** representa e o que pode significar um programa de valorização do mesmo; a **natureza**, a **ruralidade** e o **património cinegético**; as **características biofísicas e morfológicas**, marcadas pelo **binómio serra / planície**; a **vastidão da superfície agrícola**; o equilíbrio da rede urbana; a qualidade da **rede de estradas e caminhos municipais**; e as boas acessibilidades. Todas estas valias são fundamentais para a sustentabilidade do projeto de desenvolvimento sustentável e sustentado do concelho, permitindo também abrir frentes por explorar.

As **fragilidades** e as **ameaças** deste grande sistema sobre o qual assenta o desenvolvimento do concelho estão identificadas. A recente expansão do olival intensivo e semi-intensivo está a acarretar problemas em vários domínios. Para além de comprometer o equilíbrio do montado e da base económica, e cultural do concelho, tem igualmente graves implicações na muito sensível questão da gestão e da qualidade das águas nas principais atividades económicas do concelho, e com os problemas relacionados com a qualidade do ar e odores resultantes de algumas dessas atividades. A questão dos acessos nas áreas rurais deverá também ser acautelada, dados os conflitos existentes quanto ao uso dos caminhos públicos não classificados. No plano dos espaços urbanos, as questões ao nível do planeamento colocam-se sobretudo em termos de uma ausência de perspetiva na implementação e gestão dos espaços verdes. De uma forma breve, as fragilidades, isoladamente ou combinadas, terão naturalmente como efeitos a ameaça direta às atividades dominantes, a base produtiva do concelho e, assim, o comprometimento de parte substantiva do potencial de crescimento económico e de desenvolvimento do concelho.

As **oportunidades** neste domínio, um domínio simultaneamente de suporte e de interação com o domínio de cariz mais económico, prendem-se fundamentalmente com o ainda potencial de crescimento de novas produções nas atividades primárias, nas atividades extrativas, no setor agro-industrial e em toda a vasta frente dos serviços. O-E igualmente

relevante o papel do planeamento, do ordenamento do território, da conceção dos espaços urbanos e das redes, bem como da salvaguarda e valorização do património edificado (sentido lato), histórico e cultural como retaguarda da valorização das existências, da riqueza e das especificidades do concelho.

DEMOGRAFIA, HABITAÇÃO, CONDIÇÕES SOCIAIS E PATRIMÓNIO

No que respeita este vasto domínio, destacam-se como principais linhas de força, o que se poderá designar como aspetos da resiliência do concelho: o carácter relativamente positivo do saldo migratório (que tem, apesar de tudo, atenuado o muito negativo crescimento natural); a boa integração das comunidades estrangeiras e o ambiente de tranquilidade e segurança; o positivo desempenho do concelho em matérias de ganhos médios e de rendimentos, e a inexistência de desigualdades e assimetrias contrastantes; a reação globalmente positiva ao aumento do desemprego gerado pela pandemia; o elevado grau de cobertura dos equipamentos coletivos; a riqueza do património nas mais diversas vertentes: as potencialidades de parte do património para outros usos (equipamentos e unidades turísticas); a qualidade da rede viária e acessibilidades; a integração dos conceitos do *design for all* nos passeios recentemente alterados e a recente aprovação para breve da Estratégia Local de Habitação

As **fragilidades** e as **ameaças** deste vasto e complexo domínio são várias e assentam fundamentalmente nos aspetos demográficos: a baixa natalidade, o elevado envelhecimento e as sucessivas perdas de população. A muito difícil inversão deste processo, extensivo praticamente a todo o interior do território nacional, passa fundamentalmente por profundas transformações no plano das atividades económicas e da prestação de serviços. Há também constrangimentos no plano do parque habitacional, onde há intervenções fundamentais a desenvolver no plano da criação de habitação social e no mercado de arrendamento. Não sendo, aparentemente, de todo uma das graves carências do concelho, há entanto aspetos

pontuais em matéria de equipamentos coletivos a solucionar (no plano da saúde). A melhoria da oferta em termos de transportes públicos é também referenciada, assim como um desinvestimento no desporto e ainda a ausência de iniciativas culturais. Muitas destas questões decorrem sobretudo dos níveis críticos em termos demográficos, pelo que grande parte da solução passará fundamentalmente pela fixação e atração de população, e estas pelo desempenho das atividades económicas do concelho.

O leque de oportunidades é, em função dos muitos aspetos positivos destacados, substancialmente vasto e variado. É imperativo estancar a recessão populacional, fixar e atrair população (jovem ou outra) e reequilibrar a distribuição da população do concelho, equipando e dinamizando as freguesias. Segundo os indicadores analisados no plano da instrução e da qualificação, poderá ser ainda mais explorada a disponibilidade das populações e dos agentes económicos na adesão a causas mobilizadoras e propiciadoras do desenvolvimento do concelho. A Economia Social pode desempenhar um papel ainda mais significativo no concelho; e a capacidade de captação de população de Estremoz e de comunidades estrangeiras deverá também ser incrementada. Será também importante a implementação de projetos e de ações que contribuam para maiores índices de centralidade do concelho, nomeadamente com a criação de serviços que sirvam não apenas as populações locais, mas também de concelhos limítrofes ou de espaços geograficamente mais alargados.

VII.3.1.2. TENDÊNCIAS PESADAS DO DESENVOLVIMENTO. O QUE TEM SUSTENTADO A DINÂMICA TERRITORIAL DO CONCELHO

Da análise efetuada, constata-se que o concelho de Sousel apresenta uma forte ligação às **atividades primárias**, com destaque para as produções de **gado**, **azeite** e **cortiça**. O setor da **ovinocultura**, com grande tradição no concelho na criação de borrego, na produção industrial

de carne deste ovino jovem bem como outros produtos dele derivados (leite, a pele e a lã), assume uma importância central na economia local. O setor **vitivinícola**, embora não tenha particular expressão em termos de superfície, tem no concelho uma das marcas de referência da produção nacional. A relação das produções de base com o setor transformador está também presente no concelho. O abate e o processamento das produções da pecuária e do olival garantem mais valias ao concelho, e as escalas de comercialização ultrapassam largamente os limites concelhios, para as escalas nacional e internacional, tal como a produção vinícola. As recentes transformações na base produtiva do concelho, são visíveis fundamentalmente no setor poente do concelho, por via da profunda transformação da ocupação e uso do solo, com a substituição das tradicionais culturas de sequeiro – olival tradicional e cereais – pelo olival intensivo e semi-intensivo. Os bons desempenhos económicos gerados por esta recente transformação poderão, porém, apresentar problemas no plano da sustentabilidade, enquanto simultaneamente comprometem a sustentabilidade dos modos tradicionais, que não estão de forma alguma anquilosados.

A par das produções e das dinâmicas empresariais locais, altamente valorizadoras do concelho, destacam-se também os valores naturais marcados pelo contraste entre a crista montanhosa meridional e a planície. Ambas são muito importantes linhas de força locais. As potencialidades relacionadas com as linhas de força são várias, salvaguardado o risco de ocorrência de ruturas no equilíbrio natural e nos sistemas produtivos, e passam fundamentalmente: por um melhor aproveitamento do enquadramento geográfico do concelho – entre eixos viários relevantes (A6, EN4, IP2 e EN2) –; pela exploração da reserva que constitui ainda (e sempre) a riqueza do montado; e pela maior diversificação das atividades e dos serviços de base local para além das atividades primárias sem que, necessariamente, estas percam a sua importância em termos absolutos.

As tendências pesadas (*vd.* Figura VII.3.2), se não acauteladas, tenderão a estrangular e a condicionar o crescimento económico e o desenvolvimento do concelho. Não será correto

apontar-se uma acentuada dependência do setor agrícola, dado que no espaço natural do concelho a base económica serão sempre as atividades primárias. Contrariamente a outros espaços, não se coloca o problema da monocultura, mas as ameaças são explícitas. O potencial dos constrangimentos em matéria ambiental é imenso e complexo, pelo que o papel do planeamento e da gestão e monitorização dos instrumentos de gestão territorial é essencial. A questão demográfica, que decorre fundamentalmente da realidade em matéria de atividades económicas, só poderá ser revertida com uma desejada crescente diversidade de atividades e a criação de valor, fundamentalmente nos serviços.

Figura VII.3.2. Tendências pesadas do desenvolvimento do concelho de Sousel

Conservadorismo de sistemas fundiários / agrários que podem limitar potencial de crescimento	Ameaça em potencial do equilíbrio dos sistemas naturais e produtivos	Acentuado decréscimo da população / saldos naturais persistentemente negativos / Envelhecimento da população
Dependência de abastecimento de água através de sistemas exógenos	Ameaças em matéria da gestão e da qualidade dos recursos hídricos	Relativa rarefação da população das freguesias / concentração da população na sede de concelho
Limitações no plano dos instrumentos de gestão territorial	Degradação da qualidade ambiental (água, ar, solos...) com efeitos nocivos sistema produtivo	Fraca capacidade de retenção da população mais jovem / atração de população de outros espaços
Carência de oferta de espaços para o acolhimento empresarial	Instrumentos de plano que contemplem as necessidades e as dinâmicas dos aglomerados	Constrangimentos sérios na dimensão, características e oferta do parque habitacional. Ausência do mercado de arrendamento
Lacunas pontuais / setoriais de mão-de-obra e de qualificações	Constrangimentos nos acessos públicos e no acesso às propriedades	Desinvestimento em áreas como o desposto e ausência de dinâmica cultural
Lacunas na estratégia de promoção do concelho, fundamentalmente ao nível turismo		

VII.4. A CONCRETIZAÇÃO DA ESTRATÉGIA RUMO AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO CONCELHO

A concretização da estratégia de desenvolvimento para o município, ainda que recorrendo a uma abordagem *prospetiva*, é tão mais forte quanto consensual e estimuladora, traduzindo-se na clarificação de uma **visão**, na identificação de desafios e na forma de os concretizar. A estratégia de desenvolvimento consolidar-se-á operativamente através de “**eixos de ação estratégica**” (EAE), *i.e.*, domínios sobre os quais deverão preferencialmente recair as políticas e ações municipais, que se materializam em **objetivos estratégicos** e estes, por sua vez, em **projetos e ações** concretos, que em conjunto permitirão colocar a estratégia no sentido da visão assumida (*vd.* Figura VII.4.1).

Figura VII.4.1. Elementos fundamentais à concretização da estratégia



VII.4.1. DA VISÃO AOS DESAFIOS PARA O CONCELHO

A visão é elaborada no sentido de projetar uma imagem de fundo *prospetiva* para o crescimento e desenvolvimento sustentável do concelho para um horizonte na ordem de 20 anos, devendo ser substantivamente inspiradora e desafiadora, consciente do passado, mas

orientada para o futuro e comprometida com a mudança desejada. Nestes termos, a **visão prospetiva para o concelho de Sousel** postula que:

“Com um cunho histórico vincadamente rural, o concelho de Sousel é um território onde a qualidade ambiental e paisagística, a tranquilidade e a tradição encontram-se de mãos dadas com a inovação, o conhecimento e a experimentação. Alavancado na sua condição de capital do borrego, a partir do qual projeta a sua imagem à escala regional, nacional e internacional, o concelho apresenta uma considerável diversidade de atividades económicas, culturais e turísticas fortemente estruturadas e promovidas que o tornam um polo de atratividade de relevo ao nível do sistema urbano regional. A aposta num modelo de governança de proximidade e numa rede de infraestruturas, equipamentos e serviços de qualidade promotores da coesão territorial e da inclusão social, confere uma elevada dinâmica e atratividade ao concelho de Sousel, tornando-o um território apetecível para viver, trabalhar, investir e visitar.”

Para estes desígnios, a estratégia obrigará a uma **mobilização generalizada** e a um **compromisso efetivo para e com o futuro**, com o objetivo simples e claro de enfrentar e ultrapassar a realidade atual rumo a um desenvolvimento contínuo, dinâmico, integrado e sustentado. Os **desafios propostos** deverão instigar à mudança, colocando a estratégia em sintonia com a visão assumida a fim de se alcançar os resultados e mudança pretendida (vd. Figura VII.4.2).

Figura VII.4.2. Desafios estratégicos

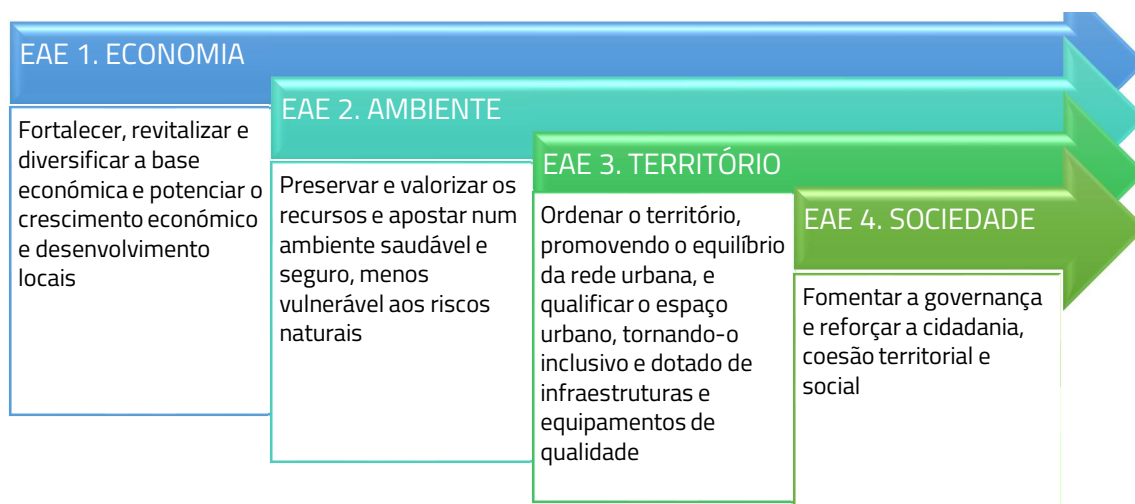
1. Preservação das condições de sustentabilidade para as atividades económicas locais, designadamente a defesa e a valorização efetiva do montado.
2. Valorização da excelência das produções locais e da marca “Sousel” nos segmentos relacionados com as produções de referência, com particular relevo para o.
3. Eliminar ou minimizar os impactos negativos das práticas agrícolas intensivas e das consequentes ameaças aos equilíbrios existentes.
4. Preservar a diversificação das atividades primárias, no contexto das solicitações do mercado, tendo no entanto sempre em consideração os equilíbrios naturais / ambientais.
5. Preservar na diversificação das atividades secundárias, integrá-las com as produções de base local e atrair novas fileiras para o concelho.
6. Desenvolver as atividades dos serviços de valor acrescentado e a oferta turística, abrindo o concelho a novos mercados.
7. Inverter o processo de perda e atrair população.
8. Melhorar a oferta de equipamentos coletivos e recuperar o património edificado histórico e cultural do concelho com lógicas multifuncionais.

VII.4.2. EIXOS PRIORITÁRIOS E OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Reconhecendo as tendências pesadas do desenvolvimento e a situação de referência atual, bem como o que se deseja para o futuro do território com base na visão assumida, e nos desafios que instigam à sua concretização, consagram-se assim (4) **quatro grandes Eixos de Ação Estratégica (EAE)** (vd. Figura VII.4.3), materializados em **14 Objetivos Estratégicos** (vd. Quadro VII.4.1). Estes, por sua vez, são operacionalizados por projetos ou ações concretas, que não deverão inibir o espírito criativo e inovador de os complementar em sede de gestão do PDM. Não são assim mais do que um mote para colocar a estratégia no sentido da visão

assumida, e um ponto de partida para gerar debate público, de acordo com o âmbito e alcance dos instrumentos de planeamento, nomeadamente do Plano Diretor Municipal.

Figura VII.4.3. Eixos de ação estratégica



Quadro VII.4.1 Eixos de ação estratégica com os respetivos objetivos estratégicos e projetos/ações

EAE 1. ECONOMIA - Fortalecer, revitalizar e diversificar a base económica e potenciar o crescimento económico e desenvolvimento locais
O.E.1. Modernizar o tecido económico e qualificar serviços e pessoas
Implementar um programa de qualificação da população ativa
Criar um portal eletrónico/loja virtual de negócios de Sousel
Introduzir sistemas de avaliação e desempenho (de pessoas, serviços e ambiental)
Criar apoio técnico especializado nas áreas da produção, transformação e comercialização ligadas ao setor Primário
Desenvolvimento de um gabinete de apoio ao empresário e empreendedorismo local
Certificar, simbolicamente, a nível local, os estabelecimentos (de comércio, serviços, hotelaria e restauração) como reconhecimento do esforço para a promoção e qualificação
Sensibilizar os empresários para a formação contínua no capital humano das empresas, não só nas suas áreas de especialização, mas no atendimento, na gestão de equipas, na liderança, no desenvolvimento pessoal, na motivação, na sustentabilidade, etc
Incentivar a investigação no território municipal, nomeadamente, associada aos produtos locais e a respetiva divulgação

Criar um concurso de ideias inovadoras para o desenvolvimento do território
Firmar compromissos de práticas ambientais sustentáveis: 5 R (reduzir, reutilizar, reciclar, recusar, repensar), gestão da água, gastos energéticos, etc.
O.E.2. Captar investimento, dinamizar e diversificar a base económica e criar emprego
Instalar e dinamizar um polo de competitividade (investigação e inovação) no setor do agroalimentar (e.g. fileira do azeite e fileira do gado, essencialmente do borrego)
Expansão do parque industrial/empresarial
Criar um mercado local e/ou espaço de negócios multifuncional para exposição, distribuição e comercialização de produtos locais tradicionais e genuínos
Criar um espaço de Coworking/ninho de empresas
Desenvolver incentivos locais à instalação de empresas
Agilizar o expediente na avaliação processual com a criação de uma “via verde” ao licenciamento e reduzir impostos ou taxas de licenciamento
Considerar a “economia verde” emergente e em expansão como oportunidade para captar investimento
O.E.3. Apostar na promoção de sinergias entre atores e no aprofundamento de parcerias no domínio da inovação e tecnologia
Criar um fórum/encontro anual ou bianual de debate sobre o desenvolvimento local de Sousel, com a participação ativa dos atores locais e outras entidades
Desenvolvimento de campanhas que visem a sensibilização dos empresários para as vantagens do estabelecimento de parcerias e oportunidades delas emergentes
Incentivar a criação de novas e dinamizar as associações de produtores/empresários existentes, ou outras estruturas que potenciem ganhos de escala de oportunidade entre atores/produtos
Mapear e mobiliar <i>stakeholders</i> para estabelecimento de parcerias no âmbito do projeto “Sousel, capital do borrego”
O.E.4. Promover e valorizar recursos e produtos locais
Consolidação da criação de uma marca forte, identificadora e valorizadora alicerçada no tema “borrego” e promovê-la através de campanhas de marketing agressivas
Reforçar a posição de Sousel como “capital do borrego” no âmbito regional, nacional e internacional
Criação do Centro de Interpretação, Inovação e Conhecimento do borrego de Sousel
Criação de uma feira bienal do Borrego de Sousel
Assumir uma fileira de produtos tradicionais de Sousel para além do borrego e potenciá-la: pão, queijo, enchidos, azeite, vinho, gastronomia

Apostar nas tecnologias de informação e comunicação para a divulgação e comercialização dos produtos
Envidar esforços, com base numa atitude proativa e coletiva, conducentes a divulgar os recursos locais e a atrair investidores (e.g. em feiras e outros certames nacionais e internacionais)
Certificar os produtos locais tradicionais genuínos
O.E.5. Desenvolver e estruturar a oferta turística em segmentos por explorar, apostando na promoção turística do concelho e em atividades e eventos de animação turística
Concretizar o plano de marketing territorial de Sousel
Desenvolver as infraestruturas, serviços e aspetos logísticos de apoio à atividade turística
Incentivar o aumento do número de agentes privados envolvidos na atividade turística do concelho
Assumir um conjunto de produtos prioritários, nomeadamente em torno do turismo ativo, gastronomia e vinhos, artes tradicionais, turismo religioso e organização de eventos
Implementar uma estratégia de promoção e comunicação para cada um dos produtos prioritários
Criação de rotas de experiências associadas ao turismo ativo, gastronomia e vinhos e artes tradicionais
Criação de pacotes temáticos complementando e articulando atividades relacionadas com diferentes segmentos
Consolidação, expansão e criação de rotas turísticas, devidamente sinalizadas, como forma de valorização do território de Sousel
Reforçar a integração do concelho em rotas turísticas regionais, nacionais e internacionais
Dinamização de empresas de animação turística na região
Criar sinalização turística e melhorar a existente
Criação de uma agenda cultural comum para Sousel,
Criação e qualificação de infraestruturas de apoio às atividades turísticas
EAE 2. AMBIENTE - Preservar e valorizar os recursos e apostar num ambiente saudável e seguro, menos vulnerável aos riscos naturais
O.E.1. Minimizar riscos e potenciar a resiliência do território e a adaptação às alterações climáticas
Promover campanhas junto das empresas, do setor agrícola, escolas, serviços públicos e comércio, para sensibilizar e esclarecer sobre os potenciais fenómenos perigosos a que o concelho está sujeito e sobre as alterações climáticas
Elaborar um Plano Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas
Desenvolver campanhas de sensibilização para as ações sustentáveis: da eficiência energética dos edifícios, do incremento dos modos de mobilidade suave, da redução do consumo energético (incluindo a utilização do automóvel), a redução do consumo da água

Criar simbolicamente um dia no concelho para a sustentabilidade e adaptação às alterações climáticas, incentivando a prática de ações sustentáveis
Renovar a frota municipal com veículos menos poluentes
Modernizar a rede pública de iluminação, tornando-a mais eficiente e durável
Promover medidas eficientes de gestão da água (soluções de retenção, eficiência na sua utilização, promoção da reutilização);
O.E.2. Promover a sustentabilidade ambiental do território
Reduzir as emissões gasosas na atmosfera em simultâneo com a redução de ruído e das vibrações em meio urbano (fomentar paisagens do ruído);
Incentivar a comunidade local a colocar em prática os 5Rs da sustentabilidade (repensar, recusar, reutilizar, reduzir e reciclar);
Redução das perdas de água da rede de abastecimento, no setor urbano e agrícola
Elaborar um Plano Municipal de Uso Eficiente da Água
Criar centros de deposição de resíduos por freguesia
Potenciar o aproveitamento da energia solar e eólica
Promover o desenvolvimento sustentável de atividades turísticas, compatibilizando a proteção e valorização do património natural com a afirmação de uma fileira de produtos turísticos diferenciados
Implementar um programa de eficiência energética nos edifícios e equipamentos públicos
Desenvolver mecanismos tendentes à restrição das práticas agrícolas intensivas
Promover as boas práticas nas atividades primárias e atender à sustentabilidade dos modos de produção
Desenvolver medidas e ações no sentido de monitorizar e controlar a expansão do olival intensivo e semi-intensivo
Dotar os aglomerados de mais espaços verdes e melhorar os existentes, integrando perspetivas da arquitetura paisagística
EAE 3. TERRITÓRIO - Ordenar o território, promovendo o equilíbrio da rede urbana, e qualificar o espaço urbano, tornando-o inclusivo e dotado de infraestruturas e equipamentos de qualidade
O.E.1. Qualificar e valorizar o espaço urbano, reabilitar o edificado e desenvolver respostas aos constrangimentos relativos à habitação
Colmatar e reabilitar as malhas urbanas e a valorizar os recursos no contexto de revisão do PDM
Campanhas e instrumentos para a sensibilização, promoção e valorização e boa utilização do património
Criar parcerias e envolver os atores locais no conhecimento e valorização do património
Consolidar a operacionalização do Programa Estratégico de Reabilitação Urbana da vila de Sousel e de Cano
Consolidar a estratégia local de habitação do concelho

<p>Criação de programas específicos de reabilitação e construção de habitações para fixação de população com habitação permanente ou secundária, principalmente voltada para jovens que constituam família, famílias dos trabalhadores sazonais dos pomares, reformados nacionais que decidam viver no concelho ou até estrangeiros no ativo ou em situação de reforma que pretendam habitar no concelho, bem como para estadias mais ou menos prolongadas de pessoas em teletrabalho</p>
<p>Construir habitações sociais ou promover a reabilitação de habitações existentes com vista ao arrendamento</p>
<p>Desenvolver um programa de ação integrado para a Serra de São Miguel</p>
<p>Recuperar o património edificado, histórico e cultural, no sentido da recuperação para fins habitacionais, equipamentos e serviços públicos, oferta cultural e turística</p>
<p>O.E.2. Implementar os princípios do <i>design for all</i> e incrementar a mobilidade e acessibilidade no município</p>
<p>Eliminar as barreiras existentes à acessibilidade e mobilidade</p>
<p>Consolidar as medidas previstas no PAMUS do Alto Alentejo</p>
<p>Rever, complementar e beneficiar os elementos de referência espacial (numeração de polícia, toponímia e sinalética, nomeadamente a orientadora, de trânsito e turística);</p>
<p>Adotar medidas que visem a acessibilidade e mobilidade para todos na ótica do <i>design for all</i> em todo o concelho, com especial foco nas sedes de freguesia</p>
<p>Elaborar um plano municipal de mobilidade urbana sustentável</p>
<p>O.E.3. Melhorar e reforçar a oferta ao nível das infraestruturas, equipamentos e serviços</p>
<p>Criar uma ecovia/ciclovia no eixo Estremoz / Sousel / Fronteira / Cabeço de Vide, aproveitando a plataforma da linha férrea desativada</p>
<p>Criação de uma rede de acolhimento ao autocaravanismo, por via da implementação de um conjunto de Áreas de Serviço para Autocaravanas (ASA),</p>
<p>Implementar um programa de eficiência energética nos edifícios e equipamentos públicos</p>
<p>Criar um plano de acessibilidade e mobilidade para todos</p>
<p>Alargar a cobertura e a qualidade da rede de banda larga a todo o concelho e consolidar a expansão da cobertura dos aglomerados urbanos com rede <i>wireless</i></p>
<p>Desenvolver um serviço de transporte flexível, no sentido de colmatar eventuais falhas existentes no concelho (em termos de horários, carreiras, transporte adaptado, entre outros)</p>
<p>Otimizar a rede de transportes públicos a fim de reduzir a dependência do uso automóvel, através da promoção da articulação dos horários dos transportes públicos com os horários de trabalho, com as feiras/mercados e com a rede de transporte rodoviário de longa distância</p>

Incrementar a ligação efetiva da totalidade das habitações à rede de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais
EAE 4. SOCIEDADE – Fomentar a governança e reforçar a cidadania, coesão territorial e social
O.E.1. Desenvolver medidas de combate ao recuo e envelhecimento demográfico
Promover medidas que incentivem a natalidade no concelho
Desenvolver medidas de incentivo à retenção e atração de população jovem no concelho
O.E.2. Estimular a cidadania e promover um modelo de governança próximo dos cidadãos
Cultivar e garantir ações de auscultação da população (<i>bottom-up</i>) permanentes, através de fóruns e dinâmicas específicas
Criar no site institucional do Município um fórum aberto para o desenvolvimento e um email para receber permanentemente recomendações e sugestões
Promover a elaboração de orçamentos participativos
Estimular a participação permanente da comunidade local jovem
O.E.3. Promover a coesão territorial e social e uma sociedade inclusiva e informada
Promover a desmaterialização concertada dos processos na Câmara Municipal e nas Juntas de Freguesia
Promover medidas de envelhecimento ativo e com qualidade
Disponibilizar um sistema de informação geográfica na página da autarquia que permita aceder aos PTAM e agilizar a consulta por parte dos cidadãos e promotores económicos/investidores
Criar espaços para dar formação ao longo da vida: cidadania, administração, tecnologia, sustentabilidade e adaptação às alterações climáticas, comunidade local, eficiência energética, floresta, produtos locais, etc
Estimular a criação de uma bolsa de voluntariado no âmbito social, educativo e formativo
Apoiar o associativismo e as parcerias dispondo de uma base de dados dos atores locais por âmbito potencial de ação e fomentando as parcerias entre atores locais (empresários, professores, forças de segurança e proteção civil, ONG, associações e cidadãos anónimos), através de ações para o efeito e garantir a auscultação permanente destes atores locais
Potenciar as inter-relações entre as freguesias através da criação de pontes (transportes acessíveis, projetos conjuntos, eventos, entre outros)
Fomentar a criação e o desenvolvimento das associações culturais do concelho
O.E.4. Reforçar e melhorar os apoios sociais, educativos e culturais a grupos sensíveis
Desenvolver programas de apoio às famílias mais desfavorecidas

Dinamizar e potenciar o apoio ao bem-estar sénior
Melhorar os serviços de saúde no concelho e criar uma unidade de cuidados continuados
Implementar um programa de combate ao isolamento e à exclusão social
Reforçar as estruturas de apoio à terceira idade
Implementar um programa de saúde e bem-estar infantil

VII.4.3. PROJETOS ÂNCORA PARA O DESENVOLVIMENTO DO CONCELHO DE SOUSEL

Todos os projetos relevantes, e outros que venham a ser incorporados no âmbito da monitorização e gestão do plano diretor municipal, são importantes para operacionalizar a estratégia com vista a uma aproximação real da visão assumida. Contudo, existirá um conjunto de projetos que poderão vir a marcar a diferença, visto serem considerados como suscetíveis de criarem dinâmicas territoriais multiescalares e multissetoriais, sinérgicas e cumulativas, passíveis de alterarem um processo meramente incrementalista e, pelas suas características, poderem espoletar alterações profundas no território e irem ao encontro das aspirações dos atores locais. Por outro lado, são projetos que poderão romper com o *status quo*, abrindo perspetivas ou aprofundando caminhos já equacionados e delineados, mas que carecem de inovação e/ou revitalização. Tais projetos, que poderão ser da responsabilidade de vários atores (público ou privados, do Município ou da Administração Central) ou até mesmo da conjugação de esforços, são designados como **projetos âncora**, e carecem de uma concentração de esforços redobrada e orientada para a concretização.

Não estando a apresentação de tais projetos relacionada com qualquer ordem substantiva ou prioridade de implementação, e sem prejuízo de outros que as dinâmicas do tempo e dos

atores poderá e fará emergir, os projetos âncora propostos para o concelho de Sousel são os que se encontram seguidamente expostos.

1. Instalar um polo de competitividade (investigação e inovação) no setor do agroalimentar (e.g. fileira do azeite e fileira do gado);
2. Desenvolver espaços para o acolhimento de atividades empresariais nas freguesias e dar expressão e promoção ao espaço existente em Sousel;
3. Criar um portal eletrónico/loja virtual de negócios de Sousel;
4. Consolidação da criação de uma marca forte, identificadora e valorizadora alicerçada no tema “borrego” e promovê-la através de campanhas de marketing agressivas, consolidando a posição de Sousel como “capital do borrego”;
5. Criação do Centro de Interpretação, Inovação e Conhecimento do borrego de Sousel;
6. Implementar o plano de marketing territorial de Sousel;
7. Assumir um conjunto de produtos turísticos prioritários, nomeadamente em torno do turismo ativo, gastronomia e vinhos, artes tradicionais, turismo religioso e organização de eventos e implementar uma estratégia de promoção e comunicação para cada um;
8. Consolidação, expansão e criação de rotas turísticas, devidamente sinalizadas, como forma de valorização do território de Sousel, reforçando a integração do concelho em rotas turísticas regionais, nacionais e internacionais;
9. Elaborar um Plano Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas;
10. Desenvolver campanhas e programas de sensibilização para as ações sustentáveis: da eficiência energética dos edifícios, do incremento dos modos de mobilidade suave, da redução do consumo energético (incluindo a utilização do automóvel) e da redução do consumo da água;
11. Elaborar um Plano Municipal de Uso Eficiente da Água e um Programa de Eficiência Energética nos edifícios e equipamentos públicos;
12. Consolidar a operacionalização do Programa Estratégico de Reabilitação Urbana da vila de Sousel e de Cano, bem como a Estratégia Local de Habitação;

13. Elaborar um plano municipal de mobilidade urbana sustentável;
14. Criar uma *ecovia/ciclovia* no eixo Estremoz / Sousel / Fronteira / Cabeço de Vide, aproveitando a plataforma da linha férrea desativada;
15. Criação de uma rede de acolhimento ao autocaravanismo, por via da implementação de um conjunto de Áreas de Serviço para Autocaravanas (ASA), num modelo que pode envolver as entidades públicas (juntas de freguesia), entidades privadas (herdades e outras), associações, ou num modelo misto;
16. Alargar a cobertura e a qualidade da rede de banda larga a todo o concelho e consolidar a expansão da cobertura dos aglomerados urbanos com rede wireless;
17. Dar continuidade às iniciativas desenvolvidas no âmbito da Economia Social, diversificando a oferta de valências e, desta forma, atraindo profissionais qualificados e empresas e serviços subsidiários;

VII.4.4. O MODELO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

O Modelo de Desenvolvimento Territorial do concelho de Sousel (MDT Sousel) traduz espacialmente as opções estratégicas enunciadas nos capítulos anteriores, suportadas pelos resultados da caracterização e diagnóstico, orientando a reconfiguração espacial e funcional do território no sentido de potenciar os pontos fortes e oportunidades, e inverter ou atuar proativamente sobre as fragilidades e ameaças. A sua expressão territorial (*vd.* Figura VII.4.5) deve ser assumida como primeira abordagem a uma proposta de ordenamento municipal, ainda que numa perspetiva estratégica e estruturante.

A estratégia vertida no MDT Sousel (*vd.* Figura VII.4.5) alicerça-se no princípio da sustentabilidade do território, em que a utilização dos recursos deve ser compatível com a proteção dos valores naturais, paisagísticos e patrimoniais existentes, com particular enfoque

na valorização do solo rústico, assumindo-o como o suporte das atividades diretamente relacionadas com o aproveitamento agrícola, florestal e pecuário, regendo-se por princípios gerais de contenção da edificação isolada e do parcelamento da propriedade, pela otimização e racionalização das infraestruturas e dos equipamentos, e pelo incentivo à reabilitação urbana, nos termos da LBPPSOTU, da ENDS¹, do PNPOT, do PROTA² e do regime jurídico da reabilitação urbana³.

O MDT Sousel integra como **componentes territoriais estruturantes (5) cinco sistemas**, identificadas na Figura 4.4, sendo analisadas, para cada um, as principais tendências de evolução esperadas, atendendo à estratégia definida nos capítulos anteriores.

Figura VII.4.4 Componentes territoriais estruturantes do MDT_Sousel



¹ Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável e respetivo plano de ação 2005-2015.

² Resolução do Conselho de Ministros n.º 53/2010, de 2 de agosto, na atual redação.

³ Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto, que procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, que estabelece o regime jurídico da reabilitação urbana.

SISTEMA URBANO

A estratégia de desenvolvimento do concelho de Sousel visa o reforço do **equilíbrio do sistema urbano**, caminhando para uma hierarquização equilibrada da rede urbana concelhia e procurando atenuar a tendência para a macrocefalia do concelho alicerçada na vila de Sousel. A vila de Sousel deverá **ganhar relevância no contexto regional**, conseguindo manter e atrair as funções mais raras, essencialmente relacionadas com os serviços e com o serviço público. Os aglomerados/sedes das três freguesias – Cano, Casa Branca e Santo Amaro – deverão ver a sua importância acrescida também no sistema urbano regional, suportada pelo crescimento das suas atividades (mais empresas e mais emprego, e emprego qualificado), pela melhoria e diversificação dos serviços prestados, pela valorização dos seus patrimónios e, desta forma, pela criação das condições de base para fixar e atrair população, sobretudo uma população jovem e qualificada.

A criação de condições para a instalação de empresas na fileira do agroalimentar, no domínio da produção e dos subsequentes processos relacionados com a transformação e a comercialização, são processos que requerem igualmente o contributo e o envolvimento de um setor dos serviços com as componentes da inovação e intensidade de conhecimento. A qualidade das infraestruturas viárias e a proximidades a eixos viários estruturantes nos vários quadrantes geográficos permitem potenciar a desejada maior integração e relevância nos sistemas sub-regional (Alto Alentejo) e regional (Alentejo), não descurando naturalmente as relações com o litoral e o território espanhol. A resolução do preocupante problema demográfico do concelho passa fundamentalmente pela criação de atividades que possam fixar e atrair população.

Para tal, serão necessários investimentos na criação e melhoria dos espaços públicos, na reabilitação urbana e na criação de oferta de alojamento, tendo necessariamente as

intervenções, tanto públicas como de natureza privada, de serem perspetivadas no contexto e na ótica da eficiência no consumo e na utilização dos recursos, passos fundamentais para a melhoria do ambiente urbano e para a neutralidade carbónica.

SISTEMA DE MOBILIDADE E ACESSIBILIDADE

O sistema de mobilidade e acessibilidade, aliado à posição geográfica do concelho (a cerca de 15 minutos de Estremoz, 45 minutos de Portalegre e de Évora), assumem uma importância fulcral no MDT Sousel, contribuindo para o incremento da atratividade do território para a fixação de empresas e de pessoas.

Desta feita, destaca-se a importância das ligações às sedes dos concelhos limítrofes e, não descurando estas, a importância mais relevante das ligações a Estremoz e a Portalegre, na medida em que significam o acesso a eixos como a A6/EN4 e o IP2.

Não obstante a dominância da componente rodoviária, o **sistema de mobilidade e acessibilidade** deverá ser **reforçado** com uma aposta forte na **criação de condições** para que **alguns dos eixos existentes** possam, ao mesmo tempo, e em condições de segurança e comodidade, ser **usados por modos de deslocação suaves**. Pretende-se, desta forma, instigar a mudanças no paradigma, pelo menos nas curtas deslocações, promovendo a **melhoria do ambiente urbano e imagem do concelho e dos recursos turísticos**. A orografia do concelho é extremamente favorável, pelo que poderão ser equacionadas iniciativas neste sentido. Neste contexto, e como projeto âncora, destaca-se a Ecovia/Ciclovía proposta, que permitiria definir um eixo no sentido norte/sul, com públicos-alvo distintos, mas complementares, a população residente e os visitantes.

SISTEMA AMBIENTAL

O sistema ambiental do concelho de Sousel é composto pelos recursos e valores mais significativos como sejam:

1. O olival;
2. As serras de São Miguel e de São Bartolomeu, a sul;
3. Os montados e as florestas de sobreiro e azinheira;
4. Os cursos e planos de água e respetivas margens;
5. Como elemento unificador, a paisagem.

O sistema ambiental tem como objetivo primordial garantir a estrutura e função dos sistemas naturais e seminaturais, a conservação da natureza e da biodiversidade, a qualidade de paisagem e a disponibilidade de recursos para o desenvolvimento.

A **água** desempenha neste concelho um papel de extrema importância, enquanto elemento indispensável para as **populações** e para o **desenvolvimento das atividades produtivas** (agrícolas, pecuárias e industriais), mas também como suporte da **biodiversidade** e das **atividades** que concorrem para o **incremento do valor turístico** do concelho, sendo assim fundamental **assegurar a qualidade e quantidade deste recurso**, designadamente através da promoção de planos para o uso sustentado dos recursos hídricos, especialmente num contexto de alterações climáticas.

Com efeito, a disponibilidade de água em quantidade e qualidade proporcionou condições para o desenvolvimento da atividade agrícola, tendo sido responsável pela gradual alteração na paisagem de parte do concelho, a passagem de uma agricultura de sequeiro e maioritariamente extensiva para, sobretudo, um olival de práticas intensivas.

O **montado**, as **pastagens**, **olival** e as **florestas de azinheira e sobreiro** detêm uma importância capital neste concelho, e estão presentes em toda a sua extensão. A paisagem de montado caracteriza-se pela existência de um estrato arbóreo mais ou menos esparsa, com densidade variável, constituído por sobreiros e azinheiras e, por vezes, oliveiras, cujo sob coberto é palco de uma íntima relação entre a atividade agrícola (cultura de cereais e pousios) e pastoril (criação de animais).

A **diversidade de funções ambientais** que aqueles sistemas desempenham (conservação do solo, regularização do ciclo hidrológico, qualidade da água, produção de oxigénio e biodiversidade), aliada às **vantagens socioeconómicas** que oferecem (e.g. cortiça e produção animal), concorrem para a sua manutenção e para a promoção de **atividades complementares** de valorização destes sistemas agrossilvopastoris e florestais, nas quais deverá residir uma importante componente do desenvolvimento económico do concelho.

A **paisagem**, resultante de uma longa interação do homem sobre o meio ao longo dos anos, oferece neste concelho alguns **contrastos** interessantes, dos quais se destaca sobretudo a Serra de São Miguel, com as características e as potencialidades que a levam a figurar, transversalmente, em alguns dos projetos âncora propostos.

SISTEMA DE RECURSOS PRODUTIVOS

O MDT Sousel assenta sobre o sistema de recursos produtivos existente, o qual se pretende valorizar e desenvolver. Neste sentido, a estratégia de desenvolvimento do concelho passa por um conjunto de objetivos e linhas orientadoras que, partindo dos recursos disponíveis, permitirão a revitalização, fortalecimento e diversificação da base económica local. Desde logo, a manutenção do equilibrado sistema produtivo (gado, olival e vinha), com capacidade para acolher ainda a eventual expansão da vinha e culturas orientadas para o mercado, como

são as mais recentes culturas de figo da piteira. Por outro lado, a implementação de projetos que incorporem **inovação e tecnologia** e que, por essa via, contribuam para o **acréscimo de valor dos produtos endógenos** (e.g. vinho, azeite, carne bovina e ovina, cortiça, mel, queijo, pão) e das **atividades conexas** (agricultura, silvopastorícia, turismo, agroindústria).

O desenvolvimento da agricultura deverá atrair empresas de **processamento, armazenamento, conservação, distribuição e comercialização** de produtos primários e transformados que contribuirá e reforçará o tecido económico, e favorecerá a criação de agentes económicos por contiguidade que preencham as funções da cadeia de distribuição alimentar.

Salienta-se a possibilidade de fixação de **outras atividades no setor industrial**, nomeadamente na área dos **equipamentos, tecnologias** e a **prestação de serviços técnicos especializados** orientados para as produções locais ou a transformação e acréscimo de valor de produções provenientes de outros espaços.

A nova realidade empresarial pretendida, assente na qualidade da atual, deverá ser suportada pela incorporação de **inovação e tecnologia** resultante da investigação em **parceria** entre a **academia e as empresas**. A este nível, destaca-se a proposta criação de um Centro de Interpretação, Inovação e Conhecimento do borrego de Sousel, que permita a investigação, ensaio e testagem de novos produtos, e ou de novos processamentos orientados para novos mercados.

Nas áreas de **montado** devem ser **incrementadas as funções de silvopastorícia**, nomeadamente através da criação de produtos certificados, e da **caça**, aumentando as áreas de gestão efetiva e a rendibilidade da atividade. A produção de **produtos não-lenhosos** (e.g.

mel, cogumelos, plantas aromáticas, condimentares e medicinais) constitui outra forma importante de valorizar os montados.

SISTEMA TURÍSTICO

O conjunto de fatores de atração deste concelho crescentemente valorizados pela procura, nomeadamente a qualidade ambiental e paisagística, o vinho, a gastronomia e os produtos locais agroalimentares, o património e as tradições culturais populares, justificam plenamente a aposta no setor do turismo como premissa fundamental para o crescimento económico.

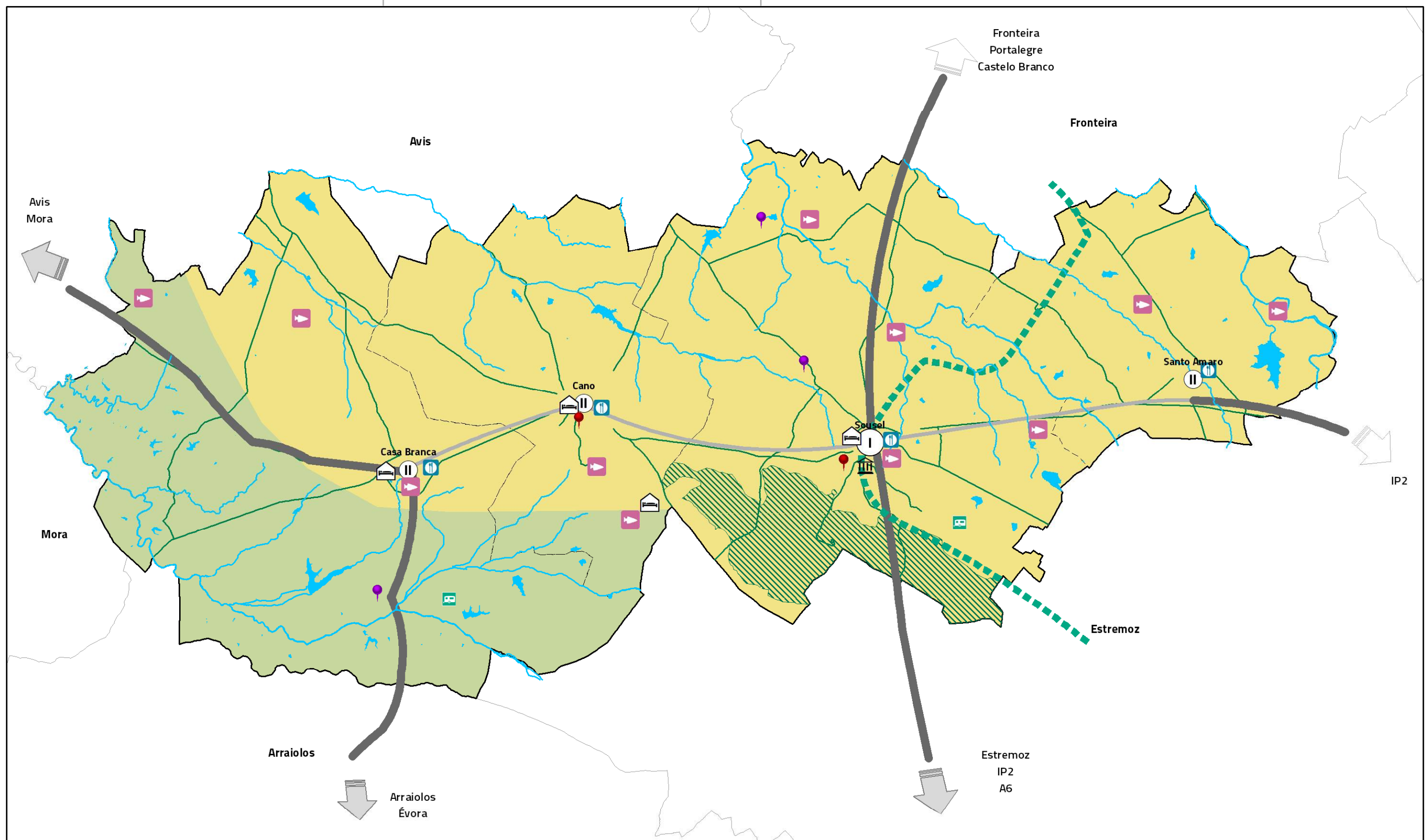
Com efeito, destaca-se o potencial dos sistemas biofísicos e da paisagem, da **integridade do montado à Serra de São Miguel**, ambos com imensas potencialidades por aproveitar e desenvolver, desde que implementadas as infraestruturas e equipamentos de apoio. As intervenções deverão aproveitar rotas e percursos já existentes, dinamizando-as, e criando novas rotas e percursos complementares. A valorização da Serra de São Miguel pode criar um vasto conjunto de oportunidades em diversas valências como a tauromaquia e a vertente religiosa, sendo igualmente um ponto passível de gerar fluxos de visitaçãõ com carácter mais regular se equacionada a eventual instalação de unidades da restauraçãõ de qualidade e com potencial para atrair também a populaçãõ de outros concelhos.

O **património edificado, cultural e religioso** dos aglomerados pode também ser aproveitado e divulgado, no sentido em que a oferta turística terá sempre que ser diversificada e complementar, tendo em vista a captaçãõ de vários mercados.

Por último, destaca-se a relevância que podem aportar ao concelho ainda outros dois dos projetos identificados com potencial interessante e a avaliar: a criaçãõ de uma ecovia/ciclovovia

de escala supramunicipal (Estremoz / Sousel / Fronteira / Cabeço de Vide); a diversificação da oferta turística, não necessariamente pela replicação de modelos já existentes com base no alojamento classificado mais tradicional, mas voltado para novos mercados e segmentos que, sobretudo no contexto de pandemia, surgiram com especial volume. Deverá ser equacionado o potencial do concelho para o acolhimento ao autocaravanismo, dado o favorável enquadramento geográfico do concelho entre rotas muito utilizadas por este segmento (EN2, IP2 e EN4/A6), a riqueza de Sousel e o carácter hospitaleiro da sua população.

Como em outros concelhos do Alentejo, mas não todos, as potencialidades do **Enoturismo** surgem também como um campo a explorar e a promover, dada a existência de marcas de referência no concelho e a necessidade de, nestes mercados, perseverar na inovação.



Limites administrativos	Sistema de mobilidade	Sistema ambiental	Recursos turísticos	Gastronomia
Concelho	Articulação rodoviária	Rede hidrográfica	Adega	Museu dos Cristos
Sistema urbano	Externa principal	Planos de água	Alojamento	Património
I	Interna principal	Serra São Miguel	Autocaravanismo	Queijaria
II	Ecovia/ciclovias	Sistema produtivo		Freguesias
	Ecovia/ciclovias	Agrossilvopastoril e cinegética		
		Agrícola, agropecuária e agroindustrial		

Figura VII.4.5. Modelo de desenvolvimento territorial, concelho de Sousel

0 3 km

sousel município

RTGEO Planeamento e Ordenamento do Território

Fontes: Limites administrativos: CAOP, 2020; Cartografia de base: DGT, 2020; Hidrografia: DGRAH, 1981; Massas de Águas Superficiais: APA, 2016

VII.5. BIBLIOGRAFIA

APA (2007) – Guia Agenda 21 Local – um Desafio para Todos. Agência Portuguesa do Ambiente, Lisboa.

CMS (1996), *PDM de Sousel*. Relatório, 31 p.;

CMS/GON (2018), *Relatório Fundamentado para Início dos Procedimentos de Revisão do PDM de Sousel*, pp. 64.

CMS (2021), Plano Estratégico de Marketing Territorial 2021-2025

CMAD (Comissão Mundial para o Ambiente e Desenvolvimento) (1987), *O Nosso Futuro Comum*, Meribérica/Liber, p. 434.

DGOT (1988), *Carta Europeia do Ordenamento do Território*; Lisboa.

DGOTDU (2009), *Governância e participação na gestão do território*, série política de cidades, 5

DIAS, M. H. (1995), *Os mapas em Portugal. Da tradição aos novos rumos da cartografia*, Edições Cosmos, Lisboa, 344 p.;

DIAS, M.H. (1993), *Expressão Gráfica; Programa de Expressão Gráfica, Linha de acção de Geografia Regional e Histórica*, Relatório n.º 11, CEG/UL, Lisboa, 71 p.

DIAS, M.H. (1991), *Leitura e comparação de mapas temáticos em Geografia*, CEG/UL, Lisboa, 433 p.

GODET, M. (1993), *Manual de Prospectiva Estratégica. Da Antecipação à Acção*; Publicações Dom Quixote, Lisboa, 405 p.

MEPAT (1997), *Anteprojecto de Proposta de Lei de Bases do Ordenamento do Território*;

MEPAT/DGOTDU (1997), *Relatório de Estado do Ordenamento do Território*; Lisboa, 270 p.

ONU (1992), DECLARAÇÃO DO RIO SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. Tradução da *Rio Declaration, United Nations Conference on Environment and Development*, Rio de Janeiro, Brasil, 3-14 de junho de 1992. Documento não traduzido oficialmente pela Organização das Nações Unidas.

ONU (2012), *Rio+20. O Futuro que queremos*, Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, ONU, Nova Iorque.

ROBINSON, A. H., SALE, R. D., MUEHRCKE, P. C. (1987), *Elementos de Cartografia*, ed. Omega, Barcelona, 543 p.;

SARAIVA, M. (1995), *Gestão de corredores fluviais: o rio como paisagem no quadro do ordenamento do território*; Dissertação para o Grau Académico de Doutor; UTL/ISA, Lisboa.

TOMÉ, R. (2000), *Pedreiras de Calcário, Ordenamento do Território e Ambiente. O caso do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros*, Dissertação apresentada na FCT/UNL para a Obtenção do Grau de Mestre em Ordenamento do Território e Ambiente, Lisboa.

LEGISLAÇÃO

Aviso n.º 2251/2011, de 20 de janeiro - 1.ª correção material do PDM de Sousel;

Aviso n.º 2532/2011, de 24 de janeiro - 2.ª correção material do PDM de Sousel;

Aviso n.º 2649/2011, de 25 de janeiro - 2.ª alteração do PDM de Sousel por adaptação ao Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo;

Aviso n.º 11781/2011, de 27 de maio - 3.ª correção material do PDM de Sousel;

Aviso n.º 14424/2014, de 26 de dezembro - 4.ª correção material do PDM de Sousel;

Aviso n.º 6567/2015, de 12 de junho - 3.ª alteração do PDM de Sousel;

Aviso n.º 592/2020, de 13 de janeiro - 4.ª alteração por adaptação do PDM de Sousel;

Aviso n.º 3030/2021, de 18 de fevereiro - início do procedimento de revisão do Plano Diretor Municipal de Sousel;

Declaração 11-8-92, de 6 de outubro – PP da Zona Industrial de Sousel;

Declaração n.º 104/2004, de 30 de abril) - 1.ª alteração do PDM de Sousel em regime simplificado;

Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro (com as alterações introduzidas pelos Decreto-Lei n.º 53/2000, de 7 de abril, 310/2003, de 10 de dezembro, 58/2005, de 29 de dezembro, 56/2007 de 31 de agosto, 316/2007, de 19 de setembro, 104/2007, de 6 de novembro e 46/2009, de 20 de fevereiro) – estabelece o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial – revogado;

Decreto-Lei n.º 193/95, de 28 de julho, na sua redação atual conferida pelo Decreto-Lei n.º 130/2019, de 30 de agosto – Estabelece os princípios e normas a que deve obedecer a produção cartográfica no território nacional;

Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro, com as alterações introduzidas pelos Decreto-Lei n.º 53/2000, de 7 de abril, 310/2003, de 10 de dezembro, 58/2005, de 29 de dezembro, 56/2007 de 31 de agosto, 316/2007, de 19 de setembro, 104/2007, de 6 de novembro e 46/2009, de 20 de fevereiro – Estabelece o regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial – revogado;

Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de janeiro, na sua atual redação, conferida pelo Decreto-Lei n.º 278/2007, de 1 de agosto - Regulamento Geral do Ruído;

Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio - Estabelece o regime a que fica sujeita a avaliação dos efeitos de determinados planos e programas no ambiente, transpondo para a ordem jurídica interna as Diretivas n.ºs 2001/42/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de junho, e 2003/35/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de maio;

Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio – aprova o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), com as alterações introduzidas pelos DL 81/2020, de 2 de outubro e 25/2021, de 29 de março;

Decreto-Lei n.º 82/2021, de 13 de outubro, retificado pela Retificação n.º 39-A/2021, de 10 de dezembro e alterado pelo Decreto-Lei n.º 119-A/2021, de 22 de dezembro – Estabelece o Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais no território continental e define as suas regras de funcionamento;

Decreto Regulamentar n.º 9/2009, de 29 de maio, revogado pelo Decreto Regulamentar n.º 5/2019, de 27 de setembro – Procede à fixação dos conceitos técnicos atualizados nos domínios do ordenamento do território e do urbanismo;

Decreto Regulamentar n.º 15/2015, de 19 de agosto – Estabelece os critérios de classificação e reclassificação do solo, bem como os critérios de qualificação e as categorias do solo rústico e do solo urbano em função do uso dominante, aplicáveis a todo o território nacional;

Lei n.º 48/98, de 11 de agosto – estabelece as bases da Política de Ordenamento do Território e de Urbanismo – revogada;

Lei n.º 58/2007, de 04 de setembro, revogada pela Lei n.º 99/2019, de 5 de setembro - Primeira revisão do Programa Nacional da Política do Ordenamento do Território;

Lei n.º 31/2014, de 30 de maio – Lei de Bases Gerais da Política de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo (LBGPSOTU), alterada pela Lei n.º 74/2017, de 16 de agosto;

Portaria 277/2015, de 10 de setembro – Regula a constituição, a composição e o funcionamento das comissões consultivas da elaboração e da revisão do Plano Diretor Intermunicipal (PDIM) e do Plano Diretor Municipal (PDM);

Resolução do Conselho de Ministros n.º 130/99, de 26 de outubro – PDM de Sousel;

Resolução do Conselho de Ministros n.º 53/2010, de 2 de agosto – aprova o Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo (PROT Alentejo), retificada pela Declaração de Retificação n.º 30-A/2010, de 1 de outubro.